

REGULAMENTO EMATER-DF FLEXCERES

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS	Alterações conforme a Res. CNPC 50/2022	DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
DA FINALIDADE		DA FINALIDADE
Art.1. Este Regulamento estabelece os requisitos e normas do Plano de Benefícios denominado EmaterDF-FlexCeres, classificado quanto ao custeio como contributivo e estruturado na modalidade de contribuição variável, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, doravante denominada Ceres.		Art.1. Este Regulamento estabelece os requisitos e normas do Plano de Benefícios denominado EmaterDF-FlexCeres, classificado quanto ao custeio como contributivo e estruturado na modalidade de contribuição variável, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, doravante denominada Ceres.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
DO GLOSSÁRIO		DO GLOSSÁRIO
Art.2. As expressões, palavras, abreviações ou siglas utilizadas neste Regulamento terão os seguintes significados, a menos que o contexto em que estiverem inseridas indique claramente outro sentido.		Art.2. As expressões, palavras, abreviações ou siglas utilizadas neste Regulamento terão os seguintes significados, a menos que o contexto em que estiverem inseridas indique claramente outro sentido.
I. EMATER-DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER-DF, empresa pública, individual, dotada de personalidade jurídica de direito privado, supervisionada pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal;		I. EMATER-DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER-DF, empresa pública, individual, dotada de personalidade jurídica de direito privado, supervisionada pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal;
II. abono anual - prestação pecuniária, de pagamento anual, correspondente a tantos 1/12 (um doze avos) do valor em que o aposentado ou beneficiários de pensão, se mantiverem em gozo de benefício no curso do ano civil;		II. abono anual - prestação pecuniária, de pagamento anual, correspondente a tantos 1/12 (um doze avos) do valor em que o aposentado ou beneficiários de pensão, se mantiverem em gozo de benefício no curso do ano civil;
III. aposentadoria programada – Aposentadoria de caráter previdenciário em que a data de seu início é previsível, conforme as condições estabelecidas no Regulamento;		III. aposentadoria programada – Aposentadoria de caráter previdenciário em que a data de seu início é previsível, conforme as condições estabelecidas no Regulamento;
IV. benefícios de risco - Benefícios de caráter previdenciário cuja concessão depende da ocorrência de eventos não previsíveis, que no caso desse Regulamento são a morte e a invalidez;		IV. benefícios de risco - Benefícios de caráter previdenciário cuja concessão depende da ocorrência de eventos não previsíveis, que no caso desse Regulamento são a morte e a invalidez;
V. beneficiário do seguro – A Entidade é a pessoa jurídica designada para receber os valores dos capitais segurados, na hipótese de ocorrência do sinistro, conforme apólice de seguro		V. beneficiário do seguro – A Entidade é a pessoa jurídica designada para receber os valores dos capitais segurados, na hipótese de ocorrência do sinistro, conforme apólice de seguro
VI. benefício proporcional diferido (BPD) – Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador, optar pela cessação das contribuições e receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção;		VI. benefício proporcional diferido (BPD) – Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador, optar pela cessação das contribuições e receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção;

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
VII. capital segurado – Valor máximo para a cobertura contratada a ser pago pela sociedade seguradora na ocorrência de sinistro;		VII. capital segurado – Valor máximo para a cobertura contratada a ser pago pela sociedade seguradora na ocorrência de sinistro;
VIII. certificado de adesão - Documento fornecido pela Ceres, confirmando as condições de ingresso do participante no plano de benefícios e contendo dados pessoais, profissionais e previdenciários referentes à inscrição;		VIII. certificado de adesão - Documento fornecido pela Ceres, confirmando as condições de ingresso do participante no plano de benefícios e contendo dados pessoais, profissionais e previdenciários referentes à inscrição;
IX. coberturas do seguro – São as obrigações que a seguradora assume perante o segurado, quando da ocorrência de um sinistro coberto pela apólice de seguro;		IX. coberturas do seguro – São as obrigações que a seguradora assume perante o segurado, quando da ocorrência de um sinistro coberto pela apólice de seguro;
X. condições especiais do seguro – Conjunto de cláusulas que especificam as diferentes modalidades de cobertura, que possam ser contratadas dentro de um mesmo plano de seguro;		X. condições especiais do seguro – Conjunto de cláusulas que especificam as diferentes modalidades de cobertura, que possam ser contratadas dentro de um mesmo plano de seguro;
XI. condições gerais do seguro – Conjunto de cláusulas que regem um mesmo plano de seguro, estabelecendo obrigações e direitos, da sociedade seguradora, dos segurados e dos beneficiários do seguro;		XI. condições gerais do seguro – Conjunto de cláusulas que regem um mesmo plano de seguro, estabelecendo obrigações e direitos, da sociedade seguradora, dos segurados e dos beneficiários do seguro;
XII. conselho deliberativo - Órgão máximo da estrutura organizacional e responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;		XII. conselho deliberativo - Órgão máximo da estrutura organizacional e responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;
XIII. convênio de adesão - Instrumento por meio do qual as partes pactuam suas obrigações e direitos para a administração e execução de plano de benefícios;		XIII. convênio de adesão - Instrumento por meio do qual as partes pactuam suas obrigações e direitos para a administração e execução de plano de benefícios;
XIV. dados cadastrais - Conjunto de informações pessoais, profissionais e previdenciárias dos participantes, aposentados e beneficiários, destinado às previsões de benefícios e avaliação permanente da evolução dos custos do plano de benefícios;		XIV. dados cadastrais - Conjunto de informações pessoais, profissionais e previdenciárias dos participantes, aposentados e beneficiários, destinado às previsões de benefícios e avaliação permanente da evolução dos custos do plano de benefícios;
XV. entidade destinatária - Entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora para a qual serão transferidos os recursos financeiros, que representam o direito de portabilidade previsto neste Regulamento, na hipótese de ocorrência da portabilidade;		XV. entidade destinatária - Entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora para a qual serão transferidos os recursos financeiros, que representam o direito de portabilidade previsto neste Regulamento, na hipótese de ocorrência da portabilidade;
XVI. estatuto - Conjunto de normas e regras em que se fixam os princípios institucionais da entidade Nele constam as diretrizes que devem ser seguidas, com relação a aspectos jurídicos, administrativos, financeiros, etc;		XVI. estatuto - Conjunto de normas e regras em que se fixam os princípios institucionais da entidade Nele constam as diretrizes que devem ser seguidas, com relação a aspectos jurídicos, administrativos, financeiros, etc;
XVII. erro procedimental - Erro provocado por procedimento incorreto na concessão de benefício ou na indenização do seguro;		XVII. erro procedimental - Erro provocado por procedimento incorreto na concessão de benefício ou na indenização do seguro;
XVIII. evento coberto – Acontecimento futuro, possível e incerto, passível de ser indenizado pelas coberturas contempladas na apólice do seguro;		XVIII. evento coberto – Acontecimento futuro, possível e incerto, passível de ser indenizado pelas coberturas contempladas na apólice do seguro;
XIX. ficha de inscrição – formulário para inscrição de empregado ao plano de benefícios, fornecido pela Ceres,		XIX. ficha de inscrição – formulário para inscrição de empregado ao plano de benefícios, fornecido pela

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
contendo dados como nome, percentual de contribuição, beneficiários, dentre outros.		Ceres, contendo dados como nome, percentual de contribuição, beneficiários, dentre outros.
XX. Índice de Referência – É a taxa de inflação, acrescida da taxa de juros referente ao plano de benefícios.		XX. Índice de Referência – É a taxa de inflação, acrescida da taxa de juros referente ao plano de benefícios.
XXI. INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;		XXI. INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
XXII. nota técnica atuarial - Documento técnico elaborado por atuário contendo as expressões de cálculo das provisões, reservas e fundos de natureza atuarial, contribuições e metodologia de cálculo para apuração de perdas e ganhos atuariais, de acordo com as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas, modalidade dos benefícios constantes do Regulamento, métodos atuariais e metodologia de cálculo;		XXII. nota técnica atuarial - Documento técnico elaborado por atuário contendo as expressões de cálculo das provisões, reservas e fundos de natureza atuarial, contribuições e metodologia de cálculo para apuração de perdas e ganhos atuariais, de acordo com as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas, modalidade dos benefícios constantes do Regulamento, métodos atuariais e metodologia de cálculo;
XXIII. patrocinador – Empresa ou grupo de empresas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas que instituem, para seus empregados ou servidores, plano de benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de Entidade Fechada de Previdência Complementar;		XXIII. patrocinador – Empresa ou grupo de empresas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas que instituem, para seus empregados ou servidores, plano de benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de Entidade Fechada de Previdência Complementar;
XXIV. período de diferimento - Período de tempo durante o qual o participante que optou pelo benefício proporcional diferido aguarda o implemento dos requisitos, para recebimento de benefício respectivo;		XXIV. período de diferimento - Período de tempo durante o qual o participante que optou pelo benefício proporcional diferido aguarda o implemento dos requisitos, para recebimento de benefício respectivo;
XXV. plano de contribuição variável –aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido;		XXV. plano de contribuição variável –aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido;
XXVI. plano de custeio - Documento elaborado, com periodicidade mínima anual, pelo atuário responsável pelo acompanhamento do plano de benefícios, no qual é estabelecido o nível de contribuição necessário à constituição das suas reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador;		XXVI. plano de custeio - Documento elaborado, com periodicidade mínima anual, pelo atuário responsável pelo acompanhamento do plano de benefícios, no qual é estabelecido o nível de contribuição necessário à constituição das suas reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador;
XXVII. renda vitalícia – prestação mensal paga vitaliciamente pelo Plano de Benefícios ao assistido, considerando sua sobrevivência ou de seu grupo familiar;		XXVII. renda vitalícia – prestação mensal paga vitaliciamente pelo Plano de Benefícios ao assistido, considerando sua sobrevivência ou de seu grupo familiar;
XXVIII. reserva matemática: Montante calculado em uma determinada data, correspondente aos encargos acumulados, destinado a pagamento futuro de benefícios, considerando o Regulamento do plano e o plano de custeio em vigor, que corresponde à diferença entre o valor atual das obrigações com os benefícios do plano e valor atual dos direitos de contribuições futuras destinadas à cobertura destes mesmos benefícios;		XXVIII. reserva matemática: Montante calculado em uma determinada data, correspondente aos encargos acumulados, destinado a pagamento futuro de benefícios, considerando o Regulamento do plano e o plano de custeio em vigor, que corresponde à diferença entre o valor atual das obrigações com os benefícios do plano e valor atual dos direitos de contribuições futuras destinadas à cobertura destes mesmos benefícios;
XXIX. RGPS - Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio de Previdência - É o regime de		XXIX. RGPS - Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio de Previdência - É o regime de

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
previdência do INSS ou dos servidores públicos em geral vinculados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;		previdência do INSS ou dos servidores públicos em geral vinculados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
XXX. tábuas biométricas - Instrumentos estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir, em cada idade, as probabilidades dos eventos de morte, sobrevivência, morbidez e invalidez de determinado grupo de pessoas vinculadas a um plano de benefícios;		XXX. tábuas biométricas - Instrumentos estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir, em cada idade, as probabilidades dos eventos de morte, sobrevivência, morbidez e invalidez de determinado grupo de pessoas vinculadas a um plano de benefícios;
XXXI. seguradora – É a companhia de seguros, devidamente constituída e legalmente autorizada a operar no país, que assume os riscos inerentes às coberturas contratadas, nos termos das condições do seguro;		XXXI. seguradora – É a companhia de seguros, devidamente constituída e legalmente autorizada a operar no país, que assume os riscos inerentes às coberturas contratadas, nos termos das condições do seguro;
XXXII. sinistro – É a ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.		XXXII. sinistro – É a ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.
TÍTULO II		TÍTULO II
DOS DESTINATÁRIOS		DOS DESTINATÁRIOS
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
DO ELENCO		DO ELENCO
Art.3. São membros do EmaterDF-FlexCeres:		Art.3. São membros do EmaterDF-FlexCeres:
I - o patrocinador;		I - o patrocinador;
II – os participantes;		II – os participantes;
III – os assistidos;		III – os assistidos;
IV - os beneficiários.		IV - os beneficiários.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
DA DEFINIÇÃO		DA DEFINIÇÃO
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Do Patrocinador		Do Patrocinador
Art.4. É patrocinador deste plano de benefícios, a Emater-DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.		Art.4. É patrocinador deste plano de benefícios, a Emater-DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.
SEÇÃO II		SEÇÃO II
Dos Participantes		Dos Participantes
Art.5. São participantes:		Art.5. São participantes:
I - os empregados do patrocinador inscritos no EmaterDF-FlexCeres, que não estejam em gozo de qualquer benefício referido no inciso I do art. 19;		I - os empregados do patrocinador inscritos no EmaterDF-FlexCeres, que não estejam em gozo de qualquer benefício referido no inciso I do art. 19;

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
II – os ex-empregados do patrocinador inscritos no EmaterDF-FlexCeres na condição de benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, previstos nos incisos III e IV, respectivamente, do Art. 51 .		II – os ex-empregados do patrocinador inscritos no EmaterDF-FlexCeres na condição de benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, previstos nos incisos III e IV, respectivamente, do Art. 51 .
SEÇÃO III		SEÇÃO III
Dos Assistidos		Dos Assistidos
Art.6. São assistidos:		Art.6. São assistidos:
I – os aposentados, que são os participantes em gozo de benefício de aposentadoria programada ou aposentadoria por invalidez, previstos no inciso I do Art. 18		I – os aposentados, que são os participantes em gozo de benefício de aposentadoria programada ou aposentadoria por invalidez, previstos no inciso I do Art. 18
II – os beneficiários em gozo de pensão por morte, referida na alínea “a” do inciso II do Art. 18 .		II – os beneficiários em gozo de pensão por morte, referida na alínea “a” do inciso II do Art. 18 .
SEÇÃO IV		SEÇÃO IV
Dos Beneficiários		Dos Beneficiários
Art. 7. São beneficiários dos participantes ou aposentados:		Art. 7. São beneficiários dos participantes ou aposentados:
I – o cônjuge;		I – o cônjuge;
II – a companheira ou o companheiro, desde que comprove essa situação na forma da legislação em vigor;		II – a companheira ou o companheiro, desde que comprove essa situação na forma da legislação em vigor;
III – os filhos solteiros menores de 21 (vinte e um) anos ou menores de 24 (vinte e quatro) anos cursando regularmente estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido;		III – os filhos solteiros menores de 21 (vinte e um) anos ou menores de 24 (vinte e quatro) anos cursando regularmente estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido;
IV - os enteados solteiros menores de 21 (vinte e um) anos ou menores de 24 (vinte e quatro) anos cursando regularmente estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido desde que sejam dependentes econômicos;		IV - os enteados solteiros menores de 21 (vinte e um) anos ou menores de 24 (vinte e quatro) anos cursando regularmente estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido desde que sejam dependentes econômicos;
V – as pessoas solteiras menores de 21 (vinte e um) anos ou menores de 24 (vinte e quatro) anos cursando regularmente estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, desde que estejam sob guarda judicial e dependência econômica; e		V – as pessoas solteiras menores de 21 (vinte e um) anos ou menores de 24 (vinte e quatro) anos cursando regularmente estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, desde que estejam sob guarda judicial e dependência econômica; e
VI – os dependentes elencados nos incisos III, IV e V , solteiros e incapacitados física ou mentalmente para o trabalho ainda que maiores, desde que a incapacidade tenha ocorrido antes de terem completado as idades e condições previstas nos inciso III, IV e V deste artigo.		VI – os dependentes elencados nos incisos III, IV e V , solteiros e incapacitados física ou mentalmente para o trabalho ainda que maiores, desde que a incapacidade tenha ocorrido antes de terem completado as idades e condições previstas nos inciso III, IV e V deste artigo.
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Da Ausência de Beneficiários		Da Ausência de Beneficiários

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Art. 8. No caso do participante não possuir beneficiários, será pago aos herdeiros legais o saldo das suas contribuições e aportes pessoais, previstos nos incisos I e II do Art. 84, mediante apresentação de documentação pertinente à decisão judicial.		Art. 8. No caso do participante não possuir beneficiários, será pago aos herdeiros legais o saldo das suas contribuições e aportes pessoais, previstos nos incisos I e II do Art. 84, mediante apresentação de documentação pertinente à decisão judicial.
TÍTULO III		TÍTULO III
DOS DIREITOS DOS DESTINATÁRIOS		DOS DIREITOS DOS DESTINATÁRIOS
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
DA INSCRIÇÃO		DA INSCRIÇÃO
Art.9. Considera-se inscrição, para os efeitos do EmaterDF-FlexCeres:		Art.9. Considera-se inscrição, para os efeitos do EmaterDF-FlexCeres:
I – da EmaterDF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, a celebração de Convênio de Adesão, na forma estabelecida no Estatuto da Ceres e na legislação vigente;		I – da EmaterDF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, a celebração de Convênio de Adesão, na forma estabelecida no Estatuto da Ceres e na legislação vigente;
II – do empregado, o ato da entrega da ficha de inscrição, por meio do preenchimento e assinatura de formulário próprio, na forma e condições estabelecidos nos artigos 10 e 11;		II – do empregado, o ato da entrega da ficha de inscrição, por meio do preenchimento e assinatura de formulário próprio, na forma e condições estabelecidos nos artigos 10 e 11;
III – do beneficiário, o ato de comprovação dessa condição.		III – do beneficiário, o ato de comprovação dessa condição.
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Da Inscrição dos Participantes		Da Inscrição dos Participantes
Art.10. A inscrição do empregado no EmaterDF-FlexCeres dar-se-á mediante a entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida e assinada pelo interessado, à Ceres ou do responsável designado no Patrocinador.		Art.10. A inscrição do empregado no EmaterDF-FlexCeres dar-se-á mediante a entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida e assinada pelo interessado, à Ceres ou do responsável designado no Patrocinador.
§1º - Para aceitação da inscrição do empregado, a ficha de inscrição deve estar preenchida no mínimo com o nome completo do empregado e o percentual escolhido para contribuição normal e assinada pelo interessado, demonstrando sua intenção de ingressar no plano.		§1º - Para aceitação da inscrição do empregado, a ficha de inscrição deve estar preenchida no mínimo com o nome completo do empregado e o percentual escolhido para contribuição normal e assinada pelo interessado, demonstrando sua intenção de ingressar no plano.
§2º - A Ceres ou o responsável designado pelo Patrocinador verificará a autenticidade da assinatura constante da ficha de inscrição;		§2º - A Ceres ou o responsável designado pelo Patrocinador verificará a autenticidade da assinatura constante da ficha de inscrição;
§3º - O empregado deverá assinar o requerimento demonstrando, no mínimo, sua intenção de ingressar no plano e dando ciência de que teve acesso prévio e tem pleno conhecimento das regras desse plano, principalmente as relacionadas à cobertura dos benefícios de risco, conforme Art. 18 .		§3º - O empregado deverá assinar o requerimento demonstrando, no mínimo, sua intenção de ingressar no plano e dando ciência de que teve acesso prévio e tem pleno conhecimento das regras desse plano, principalmente as relacionadas à cobertura dos benefícios de risco, conforme Art. 18 .
Art.11. A inscrição do empregado no plano EmaterDF-FlexCeres não está condicionada à sua aceitação como segurado pela Seguradora.		Art.11. A inscrição do empregado no plano EmaterDF-FlexCeres não está condicionada à sua aceitação como segurado pela Seguradora.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§1º - Caso o empregado recém-inscrito no plano não tenha cobertura de invalidez ou morte, por meio do seguro contratado com a Seguradora, o mesmo ficará isento da contribuição específica para o risco. Neste caso, a cobertura dos benefícios de risco, na concessão, será feita exclusivamente por meio do saldo das contas individuais previstas nos incisos I a IV do Art. 84 .		§1º - Caso o empregado recém-inscrito no plano não tenha cobertura de invalidez ou morte, por meio do seguro contratado com a Seguradora, o mesmo ficará isento da contribuição específica para o risco. Neste caso, a cobertura dos benefícios de risco, na concessão, será feita exclusivamente por meio do saldo das contas individuais previstas nos incisos I a IV do Art. 84 .
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Da Entrega e da Disponibilização de Documentos		Da Entrega e da Disponibilização de Documentos
Art.12. Na época da inscrição do participante, a Ceres entregará o Certificado de Adesão e o Regulamento, bem como o Material Explicativo e o Certificado de Participante que são documentos exigidos pela legislação em vigor.		Art.12. Na época da inscrição do participante, a Ceres entregará o Certificado de Adesão e o Regulamento, bem como o Material Explicativo e o Certificado de Participante que são documentos exigidos pela legislação em vigor.
Parágrafo único – Além dos documentos referentes ao plano, a Ceres divulgará e disponibilizará aos participantes informações referentes ao seguro.		Parágrafo único – Além dos documentos referentes ao plano, a Ceres divulgará e disponibilizará aos participantes informações referentes ao seguro.
SEÇÃO II		SEÇÃO II
Da Inscrição de Beneficiários		Da Inscrição de Beneficiários
Art.13. Para inscrição de beneficiário é indispensável a inscrição do participante ou aposentado a que esteja vinculado, conforme Art. 7.		Art.13. Para inscrição de beneficiário é indispensável a inscrição do participante ou aposentado a que esteja vinculado, conforme Art. 7.
§1º - No ato de sua inscrição, o participante deverá indicar seus beneficiários, apresentando os documentos exigidos pela Ceres.		§1º - No ato de sua inscrição, o participante deverá indicar seus beneficiários, apresentando os documentos exigidos pela Ceres.
§2º - A Ceres reserva-se o direito de efetuar inspeções que julgar convenientes para efeito de constatação das declarações prestadas.		§2º - A Ceres reserva-se o direito de efetuar inspeções que julgar convenientes para efeito de constatação das declarações prestadas.
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Da Atualização de Beneficiários		Da Atualização de Beneficiários
Art.14. O participante ou o assistido é obrigado a comunicar à Ceres, dentro de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, os fatos que alterem as declarações prestadas no ato de sua inscrição, inclusive no que tange à inclusão de novos beneficiários.		Art.14. O participante ou o assistido é obrigado a comunicar à Ceres, dentro de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, os fatos que alterem as declarações prestadas no ato de sua inscrição, inclusive no que tange à inclusão de novos beneficiários.
§1º - A inclusão de novos beneficiários de aposentado ou de grupo de beneficiários de pensão já concedida está condicionada à análise do impacto atuarial no custo do EmaterDF-FlexCeres.		§1º - A inclusão de novos beneficiários de aposentado ou de grupo de beneficiários de pensão já concedida está condicionada à análise do impacto atuarial no custo do EmaterDF-FlexCeres.
§2º - Na hipótese da análise referida no parágrafo anterior determinar redução do valor do benefício, que vinha sendo pago, o aposentado ou o grupo de beneficiários de pensão já concedida poderá optar pela preservação do valor do benefício, mediante aporte de contribuição adicional para custear a diferença da reserva matemática.		§2º - Na hipótese da análise referida no parágrafo anterior determinar redução do valor do benefício, que vinha sendo pago, o aposentado ou o grupo de beneficiários de pensão já concedida poderá optar pela preservação do valor do benefício, mediante aporte de contribuição adicional para custear a diferença da reserva matemática.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
DA AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS		DA AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS
Art.15. Ocorrendo falecimento de participante ou aposentado, sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários, a estes será lícito promovê-la, observado o disposto no Art. 95 sobre prescrição de mensalidade de benefícios e condicionada ao disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 14.		Art.15. Ocorrendo falecimento de participante ou aposentado, sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários, a estes será lícito promovê-la, observado o disposto no Art. 95 sobre prescrição de mensalidade de benefícios e condicionada ao disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 14.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
DO CANCELAMENTO		DO CANCELAMENTO
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Do Cancelamento do Participante		Do Cancelamento do Participante
Art.16. Será cancelada a inscrição do participante que:		Art.16. Será cancelada a inscrição do participante que:
I - falecer, ressalvado o direito dos seus beneficiários;		I - falecer, ressalvado o direito dos seus beneficiários;
II - requerer o cancelamento de sua inscrição;		II - requerer o cancelamento de sua inscrição;
III - não efetuar o pagamento de 3 (três) contribuições, consecutivas ou não, observado o disposto no §3º;		III - não efetuar o pagamento de 3 (três) contribuições, consecutivas ou não, observado o disposto no §3º;
IV - requerer a portabilidade, na condição prevista no Art. 71;		IV - requerer a portabilidade, na condição prevista no Art. 71;
V - deixar de ser empregado do patrocinador, ressalvados os casos de aposentadoria e daqueles que optarem pelo benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, previstos nos incisos III e IV, respectivamente, do Art. 51.		V - deixar de ser empregado do patrocinador, ressalvados os casos de aposentadoria e daqueles que optarem pelo benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, previstos nos incisos III e IV, respectivamente, do Art. 51.
§1º – Ressalvado o caso de morte do participante, o cancelamento de sua inscrição importa o cancelamento da inscrição dos respectivos beneficiários.		§1º – Ressalvado o caso de morte do participante, o cancelamento de sua inscrição importa o cancelamento da inscrição dos respectivos beneficiários.
§2º - O cancelamento da inscrição implica na cessação de todos os compromissos previstos neste Regulamento em relação ao participante e seus beneficiários, ressalvado o direito ao resgate previsto no inciso I do Art. 51.		§2º - O cancelamento da inscrição implica na cessação de todos os compromissos previstos neste Regulamento em relação ao participante e seus beneficiários, ressalvado o direito ao resgate previsto no inciso I do Art. 51.
§3º - O cancelamento de que trata o inciso III será precedido de notificação encaminhada ao participante, para o endereço constante no Cadastro da Ceres, sendo-lhe concedido o prazo de 30 (trinta) dias para liquidação de seu débito, acrescido dos encargos previsto no Art. 91.		§3º - O cancelamento de que trata o inciso III será precedido de notificação encaminhada ao participante, para o endereço constante no Cadastro da Ceres, sendo-lhe concedido o prazo de 30 (trinta) dias para liquidação de seu débito, acrescido dos encargos previsto no Art. 91.
SEÇÃO II		SEÇÃO II
Do Cancelamento do Beneficiário		Do Cancelamento do Beneficiário
Art.17. Será cancelada a inscrição, como beneficiário:		Art.17. Será cancelada a inscrição, como beneficiário:

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
I - do cônjuge, após a anulação do casamento, separação legal ou separação de fato devidamente constatada, em que não seja verificada a percepção de alimentos, aplicando-se essa disposição também aos casos de separação de companheiro e companheira, podendo ser por decisão judicial, por declaração conjunta feita em cartório público ou pela separação de fato devidamente constatada;		I - do cônjuge, após a anulação do casamento, separação legal ou separação de fato devidamente constatada, em que não seja verificada a percepção de alimentos, aplicando-se essa disposição também aos casos de separação de companheiro e companheira, podendo ser por decisão judicial, por declaração conjunta feita em cartório público ou pela separação de fato devidamente constatada;
II - dos enteados que perderem a condição de dependência econômica referida no inciso IV do Art. 7º; ou		II - dos enteados que perderem a condição de dependência econômica referida no inciso IV do Art. 7º; ou
III - dos menores de idade que perderem a condição da guarda judicial e da dependência econômica referida no inciso V do Art. 7º;		III - dos menores de idade que perderem a condição da guarda judicial e da dependência econômica referida no inciso V do Art. 7º;
IV – de qualquer beneficiário, pelo falecimento.		IV – de qualquer beneficiário, pelo falecimento.
CAPÍTULO III		CAPÍTULO III
DOS BENEFÍCIOS		DOS BENEFÍCIOS
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Do Elenco de Benefícios		Do Elenco de Benefícios
Art.18. Os benefícios assegurados pelo EmaterDF FlexCeres abrangem:		Art.18. Os benefícios assegurados pelo EmaterDF FlexCeres abrangem:
I – Para os participantes:		I – Para os participantes:
a) renda mensal vitalícia de aposentadoria programada, por conta de sobrevivência do participante;		a) renda mensal vitalícia de aposentadoria programada, por conta de sobrevivência do participante;
b) renda mensal vitalícia de aposentadoria por invalidez, por conta de invalidez do participante;		b) renda mensal vitalícia de aposentadoria por invalidez, por conta de invalidez do participante;
II – Para os beneficiários do participante ou aposentado:		II – Para os beneficiários do participante ou aposentado:
a) renda mensal vitalícia de pensão por morte, por conta de óbito do participante ou aposentado;		a) renda mensal vitalícia de pensão por morte, por conta de óbito do participante ou aposentado;
§1º – No valor da renda das aposentadorias, programada e de invalidez, já está incluso o valor da previsão de reversão em pensão.		§1º – No valor da renda das aposentadorias, programada e de invalidez, já está incluso o valor da previsão de reversão em pensão.
§2º - A Ceres administrará os benefícios mencionados no “caput”, cujo valor na concessão estará sempre condicionado ao saldo de conta, prevista nos incisos V do Art. 84 , constituídas por contribuições e reforçadas, no caso dos benefícios de risco, por capital financeiro por meio de seguro, pois diante do reduzido contingente de empregados do patrocinador, a cobertura dos benefícios relacionados aos riscos da invalidez e morte, na concessão, terá como fonte principal um seguro específico para esse plano, contratado pela Ceres junto a uma Seguradora, conforme §4º Art. 79 .		§2º - A Ceres administrará os benefícios mencionados no “caput”, cujo valor na concessão estará sempre condicionado ao saldo de conta, prevista nos incisos V do Art. 84 , constituídas por contribuições e reforçadas, no caso dos benefícios de risco, por capital financeiro por meio de seguro, pois diante do reduzido contingente de empregados do patrocinador, a cobertura dos benefícios relacionados aos riscos da invalidez e morte, na concessão, terá como fonte principal um seguro específico para esse plano, contratado pela Ceres junto a uma Seguradora, conforme §4º Art. 79 .
SEÇÃO II		SEÇÃO II

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Dos Parâmetros de Cálculo		Dos Parâmetros de Cálculo
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Da Renda Vitalícia		Da Renda Vitalícia
Art.19. - A renda vitalícia, mencionada no Art. 18 , será calculada, quando da concessão, com base no saldo de conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , considerando os beneficiários do participante registrados no cadastro.		Art.19. - A renda vitalícia, mencionada no Art. 18 , será calculada, quando da concessão, com base no saldo de conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , considerando os beneficiários do participante registrados no cadastro.
§1º – Durante o período em que o participante e o patrocinador em seu nome, estiverem acumulando recursos para formação das contas individuais, a reversão em pensão da meta da aposentadoria programada, de que trata o Art. 81 , será estimada com base numa família média padrão.		§1º – Durante o período em que o participante e o patrocinador em seu nome, estiverem acumulando recursos para formação das contas individuais, a reversão em pensão da meta da aposentadoria programada, de que trata o Art. 81 , será estimada com base numa família média padrão.
§2º – Para cada idade, a Ceres calculará, estatisticamente, uma família média padrão, referida no parágrafo anterior, com base no cadastro dos beneficiários dos participantes e aposentados classificados por grupos de idade em anos completos.		§2º – Para cada idade, a Ceres calculará, estatisticamente, uma família média padrão, referida no parágrafo anterior, com base no cadastro dos beneficiários dos participantes e aposentados classificados por grupos de idade em anos completos.
§3º – A renda vitalícia, mencionada no “caput”, terá como base uma tábua biométrica de sobrevivência, aceita pelo órgão regulador e fiscalizador e aderente à massa de participantes desse plano.		§3º – A renda vitalícia, mencionada no “caput”, terá como base uma tábua biométrica de sobrevivência, aceita pelo órgão regulador e fiscalizador e aderente à massa de participantes desse plano.
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Do Salário-de-Participação		Do Salário-de-Participação
Art.20. O salário-de-participação é o valor sobre o qual incidem as taxas de contribuição do participante e do patrocinador para o EmaterDF-FlexCeres.		Art.20. O salário-de-participação é o valor sobre o qual incidem as taxas de contribuição do participante e do patrocinador para o EmaterDF-FlexCeres.
Parágrafo Único - O salário-de-participação é composto pelas parcelas que constituem a remuneração mensal do participante, excluídas:		Parágrafo Único - O salário-de-participação é composto pelas parcelas que constituem a remuneração mensal do participante, excluídas:
a) horas extras não incorporadas; e		a) horas extras não incorporadas; e
b) outras parcelas de caráter eventual.		b) outras parcelas de caráter eventual.
Art.21. O salário-de-participação não poderá exceder o limite 4 (quatro) vezes o valor de referência para salário-de-participação mencionado no Art. 24.		Art.21. O salário-de-participação não poderá exceder o limite 4 (quatro) vezes o valor de referência para salário-de-participação mencionado no Art. 24.
Art.22. O décimo terceiro salário será considerado como salário-de-participação isolado, referente ao mês de seu pagamento.		Art.22. O décimo terceiro salário será considerado como salário-de-participação isolado, referente ao mês de seu pagamento.
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Do Valor de Referência de Benefício		Do Valor de Referência de Benefício
Art.23. O valor de referência de benefício – VRB é o valor utilizado como um dos parâmetros para		Art.23. O valor de referência de benefício – VRB é o valor utilizado como um dos parâmetros para

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
determinação da estimativa inicial da meta e dos benefícios decorrentes de invalidez ou morte, previstos no EmaterDF-FlexCeres		determinação da estimativa inicial da meta e dos benefícios decorrentes de invalidez ou morte, previstos no EmaterDF-FlexCeres
§1º - O valor de referência de benefício terá o mesmo valor do teto do salário-de-contribuição para o Regime Geral da Previdência Social.		§1º - O valor de referência de benefício terá o mesmo valor do teto do salário-de-contribuição para o Regime Geral da Previdência Social.
§2º - A vigência do valor de referência de benefício será a do mês imediatamente posterior à do teto do salário-de-contribuição, mencionado no parágrafo anterior, de forma a viabilizar a aplicabilidade da atualização do salário-de-participação.		§2º - A vigência do valor de referência de benefício será a do mês imediatamente posterior à do teto do salário-de-contribuição, mencionado no parágrafo anterior, de forma a viabilizar a aplicabilidade da atualização do salário-de-participação.
SUBSEÇÃO IV		SUBSEÇÃO IV
Do Valor de Referência de Salário-de-participação		Do Valor de Referência de Salário-de-participação
Art.24. O valor de referência de salário-de-participação – VRS é o valor utilizado para estabelecer o limite do salário-de-participação do participante no plano EmaterDF-FlexCeres		Art.24. O valor de referência de salário-de-participação – VRS é o valor utilizado para estabelecer o limite do salário-de-participação do participante no plano EmaterDF-FlexCeres.
§1º - O valor de referência de salário-de-participação inicial equivalerá ao valor do teto do salário-de-contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, da época da aprovação deste Regulamento.		§1º - O valor de referência de salário-de-participação inicial equivalerá ao valor do teto do salário-de-contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, da época da aprovação deste Regulamento.
§2º- A atualização do VRS será em 01 de fevereiro de cada ano pela variação acumulada do INPC, no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro do ano anterior, acrescido da taxa média de crescimento real de salários, ocorrido no ano anterior ao do ano da atualização do VRS.		§2º- A atualização do VRS será em 01 de fevereiro de cada ano pela variação acumulada do INPC, no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro do ano anterior, acrescido da taxa média de crescimento real de salários, ocorrido no ano anterior ao do ano da atualização do VRS.
§3º- O valor da taxa média anual de crescimento real de salários será divulgado pela Emater-DF para a Ceres no mês de janeiro do ano de atualização do VRS.		§3º- O valor da taxa média anual de crescimento real de salários será divulgado pela Emater-DF para a Ceres no mês de janeiro do ano de atualização do VRS.
§4º - No primeiro ano de atualização do VRS, o valor inicial, referido no §1º deste artigo, será ajustado proporcionalmente pela variação acumulada do INPC no período compreendido entre o mês da data de aprovação deste regulamento e dezembro do ano anterior ao do mês de fevereiro, data-base da atualização do VRS, acrescido da taxa média anual de crescimento real de salários proporcionalmente ao período referido neste parágrafo.		§4º - No primeiro ano de atualização do VRS, o valor inicial, referido no §1º deste artigo, será ajustado proporcionalmente pela variação acumulada do INPC no período compreendido entre o mês da data de aprovação deste regulamento e dezembro do ano anterior ao do mês de fevereiro, data-base da atualização do VRS, acrescido da taxa média anual de crescimento real de salários proporcionalmente ao período referido neste parágrafo.
SEÇÃO III		SEÇÃO III
Da Aposentadoria Programada		Da Aposentadoria Programada
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Dos Requisitos		Dos Requisitos
Art.25. A aposentadoria programada será concedida ao participante que:		Art.25. A aposentadoria programada será concedida ao participante que:

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
I - a requerer, podendo esse requerimento ser feito por representante aceito pela Ceres;		I - a requerer, podendo esse requerimento ser feito por representante aceito pela Ceres;
II – comprovar a cessação do vínculo com o patrocinador;		II – comprovar a cessação do vínculo com o patrocinador;
III - tenha, no mínimo, 60 (sessenta) contribuições mensais ao EmaterDF-FlexCeres.		III - tenha, no mínimo, 60 (sessenta) contribuições mensais ao EmaterDF-FlexCeres.
Parágrafo único – A contribuição sobre o 13º salário não será computada para fins de comprovação do que se refere o inciso III deste artigo.		Parágrafo único – A contribuição sobre o 13º salário não será computada para fins de comprovação do que se refere o inciso III deste artigo.
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Do Cálculo na Concessão do Benefício		Do Cálculo na Concessão do Benefício
Art.26. A aposentadoria programada consiste no pagamento de uma renda mensal vitalícia, reversível em pensão por morte, calculada atuarialmente com base no saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84.		Art.26. A aposentadoria programada consiste no pagamento de uma renda mensal vitalícia, reversível em pensão por morte, calculada atuarialmente com base no saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84.
§1º - Se o valor mensal da aposentadoria programada, mencionada no “caput”, for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, o aposentado receberá à vista o saldo da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com a cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.		§1º - Se o valor mensal da aposentadoria programada, mencionada no “caput”, for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, o aposentado receberá à vista o saldo da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com a cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.
§2º - No caso do parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.		§2º - No caso do parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.
Art.27. Será facultado ao participante que tiver cumprido as condições para requerer a aposentadoria programada, receber à vista o valor equivalente até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , com o consequente recálculo do valor do benefício com base no saldo remanescente.		Art.27. Será facultado ao participante que tiver cumprido as condições para requerer a aposentadoria programada, receber à vista o valor equivalente até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , com o consequente recálculo do valor do benefício com base no saldo remanescente.
§1º - A faculdade prevista no “caput” será permitida uma única vez, na data do requerimento da aposentadoria programada.		§1º - A faculdade prevista no “caput” será permitida uma única vez, na data do requerimento da aposentadoria programada.
§2º - Se o valor mensal do recálculo da aposentadoria programada, mencionada no “caput”, for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício, o aposentado irá receber à vista o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.		§2º - Se o valor mensal do recálculo da aposentadoria programada, mencionada no “caput”, for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício, o aposentado irá receber à vista o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.
§3º - No caso do parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.		§3º - No caso do parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Do Início do Benefício		Do Início do Benefício
Art.28. A data do início da aposentadoria programada será fixada a partir da data do requerimento, observadas as condições do Art. 25.		Art.28. A data do início da aposentadoria programada será fixada a partir da data do requerimento, observadas as condições do Art. 25.
SUBSEÇÃO IV		SUBSEÇÃO IV
Do Abono Anual		Do Abono Anual
Art.29. O abono anual consiste no pagamento de prestação pecuniária anual, até o mês de dezembro.		Art.29. O abono anual consiste no pagamento de prestação pecuniária anual, até o mês de dezembro.
Parágrafo único - O abono anual corresponde a tantos 1/12 (um doze avos) do valor da aposentadoria de dezembro quantos forem os meses em que o assistido se manteve em gozo do benefício no curso do ano civil, considerando-se como mês inteiro o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.		Parágrafo único - O abono anual corresponde a tantos 1/12 (um doze avos) do valor da aposentadoria de dezembro quantos forem os meses em que o assistido se manteve em gozo do benefício no curso do ano civil, considerando-se como mês inteiro o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.
Art.30. Ocorrendo o falecimento de aposentado, o abono anual proporcional relacionado à aposentadoria verificado na data do óbito será pago aos seus beneficiários.		Art.30. Ocorrendo o falecimento de aposentado, o abono anual proporcional relacionado à aposentadoria verificado na data do óbito será pago aos seus beneficiários.
SUBSEÇÃO V		SUBSEÇÃO V
Da Manutenção do Benefício		Da Manutenção do Benefício
Art.31. Anualmente, o valor mensal dos benefícios será reajustado no mês de fevereiro pela variação do INPC, apurada no período entre o mês do último reajuste e o mês de janeiro do ano do reajuste.		Art.31. Anualmente, o valor mensal dos benefícios será reajustado no mês de fevereiro pela variação do INPC, apurada no período entre o mês do último reajuste e o mês de janeiro do ano do reajuste.
Parágrafo único - O primeiro reajuste, após a concessão do benefício, observará o período compreendido entre o mês da concessão e o mês de janeiro do ano do reajuste.		Parágrafo único - O primeiro reajuste, após a concessão do benefício, observará o período compreendido entre o mês da concessão e o mês de janeiro do ano do reajuste.
SEÇÃO IV		SEÇÃO IV
Da Aposentadoria por Invalidez		Da Aposentadoria por Invalidez
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Dos Requisitos		Dos Requisitos
Art. 32. A aposentadoria por invalidez será concedida ao participante que:		Art. 32. A aposentadoria por invalidez será concedida ao participante que:
I – a requerer, podendo esse requerimento ser feito por representante aceito pela Ceres;		I – a requerer, podendo esse requerimento ser feito por representante aceito pela Ceres;
II – comprovar a invalidez junto à Ceres, com base em laudo médico aceito pela Ceres;		II – comprovar a invalidez junto à Ceres, com base em laudo médico aceito pela Ceres;

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
III – comprovar a invalidez junto à Seguradora contratada pela Ceres, conforme §4º do Art. 79 , para fins de indenização do capital segurado a ser feito pela Seguradora à Ceres;		III – comprovar a invalidez junto à Seguradora contratada pela Ceres, conforme §4º do Art. 79 , para fins de indenização do capital segurado a ser feito pela Seguradora à Ceres;
IV – comprovar a suspensão do vínculo com o Patrocinador.		IV – comprovar a suspensão do vínculo com o Patrocinador.
Parágrafo Único - O item III não é requisito para a concessão do benefício, mas para uma indenização, plena ou parcial, ou não do capital segurado a ser feita pela Seguradora à Ceres, considerando que poderá existir saldo na conta individual de benefício concedido, independente da referida indenização.		Parágrafo Único - O item III não é requisito para a concessão do benefício, mas para uma indenização, plena ou parcial, ou não do capital segurado a ser feita pela Seguradora à Ceres, considerando que poderá existir saldo na conta individual de benefício concedido, independente da referida indenização.
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Do Cálculo do Capital a ser Segurado		Do Cálculo do Capital a ser Segurado
Art.33. Para que o valor da aposentadoria por invalidez, calculada de acordo com o Art. 35 , tenha cobertura a qualquer tempo pelo valor previsto no Art. 34 , é necessário que a Ceres forneça à Seguradora o capital financeiro a ser segurado.		Art.33. Para que o valor da aposentadoria por invalidez, calculada de acordo com o Art. 35 , tenha cobertura a qualquer tempo pelo valor previsto no Art. 34 , é necessário que a Ceres forneça à Seguradora o capital financeiro a ser segurado.
§1º - O capital financeiro a ser segurado será a diferença entre o capital financeiro necessário para o pagamento vitalício da renda prevista no Art. 35 e o saldo das contas individuais previstas nos incisos I a IV do Art. 84 .		§1º - O capital financeiro a ser segurado será a diferença entre o capital financeiro necessário para o pagamento vitalício da renda prevista no Art. 35 e o saldo das contas individuais previstas nos incisos I a IV do Art. 84 .
§2º - O capital financeiro a ser segurado será atualizado pela Ceres junto à Seguradora, dentro de uma periodicidade mínima que possibilite manter o capital financeiro segurado o mais atualizado possível.		§2º - O capital financeiro a ser segurado será atualizado pela Ceres junto à Seguradora, dentro de uma periodicidade mínima que possibilite manter o capital financeiro segurado o mais atualizado possível.
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Da Referência do Cálculo do Benefício		Da Referência do Cálculo do Benefício
Art.34. Para fins de referência do cálculo do capital a ser segurado, conforme Art. 33, o valor da aposentadoria por invalidez será o menor dentre:		Art.34. Para fins de referência do cálculo do capital a ser segurado, conforme Art. 33, o valor da aposentadoria por invalidez será o menor dentre:
I – O valor escolhido pelo participante como meta estimada da aposentadoria programada, tendo como base as contribuições previstas nas alíneas “a” e “d” do inciso I e do inciso II do Art. 78 ;		I – O valor escolhido pelo participante como meta estimada da aposentadoria programada, tendo como base as contribuições previstas nas alíneas “a” e “d” do inciso I e do inciso II do Art. 78;
II – A diferença entre o salário-de-participação do participante e o Valor de Referência de Benefício.		II – A diferença entre o salário-de-participação do participante e o Valor de Referência de Benefício.
Parágrafo único - A diferença apurada no inciso II não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário-de-participação do participante ou 20% (vinte por cento) do Valor de Referência de Benefício, o que for menor.		Parágrafo único - A diferença apurada no inciso II não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário-de-participação do participante ou 20% (vinte por cento) do Valor de Referência de Benefício, o que for menor.
SUBSEÇÃO IV		SUBSEÇÃO IV
Do Cálculo na Concessão do Benefício		Do Cálculo na Concessão do Benefício

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Art. 35. O valor da aposentadoria por invalidez será o valor da renda mensal e vitalícia, reversível em pensão por morte, calculado atuarialmente de acordo com a conversão do saldo da conta individual de benefício concedido do participante, prevista no inciso V do Art. 84 .		Art.35. O valor da aposentadoria por invalidez será o valor da renda mensal e vitalícia, reversível em pensão por morte, calculado atuarialmente de acordo com a conversão do saldo da conta individual de benefício concedido do participante, prevista no inciso V do Art. 84.
§1º - Enquanto a Seguradora avalia a solicitação de pagamento de indenização do capital segurado, referente à invalidez solicitada, o valor mensal da aposentadoria por invalidez, mencionada no “caput”, será concedido a título de antecipação, com base no saldo existente da conta individual de benefício concedido.		§1º - Enquanto a Seguradora avalia a solicitação de pagamento de indenização do capital segurado, referente à invalidez solicitada, o valor mensal da aposentadoria por invalidez, mencionada no “caput”, será concedido a título de antecipação, com base no saldo existente da conta individual de benefício concedido.
§2º – Após a avaliação final da Seguradora, com pagamento da indenização do capital segurado, o valor da aposentadoria por invalidez, de acordo com o previsto no “caput”, será recalculado com base no saldo remanescente e se o valor mensal da aposentadoria por invalidez for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, o aposentado receberá à vista o saldo da conta individual de benefício concedido, devidamente atualizado, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.		§2º – Após a avaliação final da Seguradora, com pagamento da indenização do capital segurado, o valor da aposentadoria por invalidez, de acordo com o previsto no “caput”, será recalculado com base no saldo remanescente e se o valor mensal da aposentadoria por invalidez for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, o aposentado receberá à vista o saldo da conta individual de benefício concedido, devidamente atualizado, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.
§3º - No caso do parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado, e aos seus beneficiários o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.		§3º - No caso do parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado, e aos seus beneficiários o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.
Art. 1 - Será facultado ao participante que tiver cumprido as condições para requerer a aposentadoria por invalidez, receber à vista o valor equivalente até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , com o consequente recálculo do valor do benefício com base no saldo remanescente.		Art.36. Será facultado ao participante que tiver cumprido as condições para requerer a aposentadoria por invalidez, receber à vista o valor equivalente até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , com o consequente recálculo do valor do benefício com base no saldo remanescente.
§1º - A faculdade prevista no “caput” será permitida uma única vez, na data do requerimento da aposentadoria por invalidez, desde que já tenha sido finalizada a avaliação da Seguradora referente ao pagamento de indenização do capital segurado.		§1º - A faculdade prevista no “caput” será permitida uma única vez, na data do requerimento da aposentadoria por invalidez, desde que já tenha sido finalizada a avaliação da Seguradora referente ao pagamento de indenização do capital segurado.
§2º - Se no recálculo mencionado no “caput”, o valor mensal da aposentadoria por invalidez for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, o aposentado irá receber à vista o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com a cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.		§2º - Se no recálculo mencionado no “caput”, o valor mensal da aposentadoria por invalidez for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, o aposentado irá receber à vista o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas a sua inscrição e a de seus beneficiários no plano, com a cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.
§3º - Caso ocorra a situação mencionada no parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários, o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.		§3º - Caso ocorra a situação mencionada no parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar ao aposentado e aos seus beneficiários, o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.
SUBSEÇÃO V		SUBSEÇÃO V
Do Início do Benefício		Do Início do Benefício

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Art. 37. A data do início da aposentadoria por invalidez será fixada a partir do dia da vigência da invalidez constatada em laudo médico, aceito pela Seguradora para efeitos de indenização, e pela Ceres para fins de concessão e pela patrocinadora para fins de suspensão do contrato de trabalho.		Art.37. A data do início da aposentadoria por invalidez será fixada a partir do dia da vigência da invalidez constatada em laudo médico, aceito pela Seguradora para efeitos de indenização, e pela Ceres para fins de concessão e pela patrocinadora para fins de suspensão do contrato de trabalho.
SUBSEÇÃO VI		SUBSEÇÃO VI
Do Abono Anual		Do Abono Anual
Art.38. O abono anual consiste no pagamento de prestação pecuniária anual, até o mês de dezembro.		Art.38. O abono anual consiste no pagamento de prestação pecuniária anual, até o mês de dezembro.
Parágrafo único - O abono anual corresponde a tantos 1/12 (um doze avos) do valor da aposentadoria de dezembro quantos forem os meses em que o assistido se manteve em gozo do benefício no curso do ano civil, considerando-se como mês inteiro o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.		Parágrafo único - O abono anual corresponde a tantos 1/12 (um doze avos) do valor da aposentadoria de dezembro quantos forem os meses em que o assistido se manteve em gozo do benefício no curso do ano civil, considerando-se como mês inteiro o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.
Art. 39. Ocorrendo o falecimento de aposentado, o resíduo do abono anual verificado na data do óbito será pago aos seus beneficiários.		Art.39. Ocorrendo o falecimento de aposentado, o resíduo do abono anual verificado na data do óbito será pago aos seus beneficiários.
SUBSEÇÃO VII		SUBSEÇÃO VII
Da Manutenção do Benefício		Da Manutenção do Benefício
Art.40. Anualmente, o valor mensal dos benefícios será reajustado no mês de fevereiro pela variação do INPC, apurada no período entre o mês do último reajuste e o mês de janeiro do ano do reajuste.		Art.40. Anualmente, o valor mensal dos benefícios será reajustado no mês de fevereiro pela variação do INPC, apurada no período entre o mês do último reajuste e o mês de janeiro do ano do reajuste.
§ 1º – O primeiro reajuste, após a concessão do benefício, observará o período compreendido entre o mês da concessão e o mês de janeiro do ano do reajuste.		§ 1º – O primeiro reajuste, após a concessão do benefício, observará o período compreendido entre o mês da concessão e o mês de janeiro do ano do reajuste.
Art.41. A aposentadoria por invalidez será paga enquanto o aposentado estiver com o seu contrato de trabalho junto ao patrocinador suspenso, por conta da invalidez que gerou a concessão dessa aposentadoria.		Art.41. A aposentadoria por invalidez será paga enquanto o aposentado estiver com o seu contrato de trabalho junto ao patrocinador suspenso, por conta da invalidez que gerou a concessão dessa aposentadoria.
Art.42. Na hipótese do aposentado voltar às suas atividades laborais no patrocinador a renda de invalidez que vinha recebendo será cancelada, retornando à situação de participante e ficará sujeito às seguintes regras:		Art.42. Na hipótese do aposentado voltar às suas atividades laborais no patrocinador a renda de invalidez que vinha recebendo será cancelada, retornando à situação de participante e ficará sujeito às seguintes regras:
I – Caso o motivo do cancelamento seja por fraude ou erro procedimental devidamente comprovado, o aposentado devolverá à Ceres os valores dos benefícios recebidos, devidamente corrigidos e remunerados, de forma que a Ceres tenha condições de devolver, sem ônus para o plano, o mesmo valor recebido da Seguradora no ato da indenização para a devida recomposição do saldo das contas. Nos casos de cancelamento de benefício por fraude, o valor a ser devolvido pelo participante também será devidamente corrigido e remunerado e acrescido de juros moratórios.		I – Caso o motivo do cancelamento seja por fraude ou erro procedimental devidamente comprovado, o aposentado devolverá à Ceres os valores dos benefícios recebidos, devidamente corrigidos e remunerados, de forma que a Ceres tenha condições de devolver, sem ônus para o plano, o mesmo valor recebido da Seguradora no ato da indenização para a devida recomposição do saldo das contas. Nos casos de cancelamento de benefício por fraude, o valor a ser devolvido pelo participante também será devidamente corrigido e remunerado e acrescido de juros moratórios.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§1º - Caso o participante tenha sua reintegração ao seguro negada pela Seguradora, o mesmo permanecerá no plano ficando isento da contribuição específica para o risco. Neste caso a cobertura dos benefícios de risco será feita exclusivamente por meio do saldo das contas individuais previstas nos incisos de I a IV do Art. 84 .		§1º - Caso o participante tenha sua reintegração ao seguro negada pela Seguradora, o mesmo permanecerá no plano ficando isento da contribuição específica para o risco. Neste caso a cobertura dos benefícios de risco será feita exclusivamente por meio do saldo das contas individuais previstas nos incisos de I a IV do Art. 84 .
§ 2º - As contribuição do participante e do patrocinador terão vigência a partir da data de reintegração do empregado do patrocinador		§ 2º - As contribuição do participante e do patrocinador terão vigência a partir da data de reintegração do empregado do patrocinador
II – Caso o motivo do cancelamento seja por reabilitação profissional, a Ceres fará a recomposição do saldo das contas, considerando o saldo das contas da época da concessão e as devidas amortizações em função do pagamento dos benefícios.		II – Caso o motivo do cancelamento seja por reabilitação profissional, a Ceres fará a recomposição do saldo das contas, considerando o saldo das contas da época da concessão e as devidas amortizações em função do pagamento dos benefícios.
SEÇÃO V		SEÇÃO V
Da Pensão por Morte		Da Pensão por Morte
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Dos Requisitos		Dos Requisitos
Art.43. A pensão por morte será concedida aos beneficiários que:		Art.43. A pensão por morte será concedida aos beneficiários que:
I – a requererem, podendo esse requerimento ser feito por representantes aceitos pela Ceres;		I – a requererem, podendo esse requerimento ser feito por representantes aceitos pela Ceres;
II – comprovarem a condição de beneficiários de participante ou aposentado, conforme artigo 7º;		II – comprovarem a condição de beneficiários de participante ou aposentado, conforme artigo 7º;
III - comprovarem o óbito do participante ou aposentado junto à Ceres;		III - comprovarem o óbito do participante ou aposentado junto à Ceres;
IV - comprovarem o óbito do participante junto à Seguradora contratada pela Ceres, conforme §4º do Art. 79 , para fins de indenização do capital segurado a ser feito pela Seguradora à Ceres.		IV - comprovarem o óbito do participante junto à Seguradora contratada pela Ceres, conforme §4º do Art. 79 , para fins de indenização do capital segurado a ser feito pela Seguradora à Ceres.
§1º - O item IV não é requisito para a concessão do benefício, e sim requisito para uma indenização ou não do capital segurado a ser feito pela Seguradora à Ceres, considerando que poderá existir saldo na conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , independente da referida indenização.		§1º - O item IV não é requisito para a concessão do benefício, e sim requisito para uma indenização ou não do capital segurado a ser feito pela Seguradora à Ceres, considerando que poderá existir saldo na conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , independente da referida indenização.
§2º - Os beneficiários ficam obrigados a fornecerem as informações, eventualmente, solicitadas pela Seguradora relativas ao óbito do participante .		§2º - Os beneficiários ficam obrigados a fornecerem as informações, eventualmente, solicitadas pela Seguradora relativas ao óbito do participante .
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Do Cálculo na Concessão do Benefício		Do Cálculo na Concessão do Benefício
Art.44. No caso de óbito de participante, o valor da pensão por morte será o valor da renda mensal e vitalícia calculado atuarialmente de acordo com a conversão do saldo da conta individual de benefício		Art.44. No caso de óbito de participante, o valor da pensão por morte será o valor da renda mensal e vitalícia calculado atuarialmente de acordo com a conversão do saldo da conta individual de benefício

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
concedido , prevista no inciso V do Art. 84 . No caso de óbito de aposentado, o valor da pensão será de 100% do valor da aposentadoria vigente, atualizado pró-rata até o mês do óbito, tendo como base o previsto no Art. 49.		concedido , prevista no inciso V do Art. 84 . No caso de óbito de aposentado, o valor da pensão será de 100% do valor da aposentadoria vigente, atualizado pró-rata até o mês do óbito, tendo como base o previsto no Art. 49.
§1º - No caso da cobertura da pensão por morte de participante, os procedimentos e métodos necessários para o cálculo, e fornecimento à Seguradora, do capital financeiro a ser segurado, para fins de reforço do saldo da conta individual de benefício concedido, são os mesmos previstos nos artigos 33 e 34 referentes à aposentadoria por invalidez.		§1º - No caso da cobertura da pensão por morte de participante, os procedimentos e métodos necessários para o cálculo, e fornecimento à Seguradora, do capital financeiro a ser segurado, para fins de reforço do saldo da conta individual de benefício concedido, são os mesmos previstos nos artigos 33 e 34 referentes à aposentadoria por invalidez.
§2º - Enquanto a Seguradora avalia a solicitação de pagamento de indenização do capital segurado, referente ao óbito de participante, o valor mensal da pensão por morte de participante, mencionada no “caput”, será concedida, a título de antecipação, com base no saldo existente da conta individual de benefício concedido.		§2º - Enquanto a Seguradora avalia a solicitação de pagamento de indenização do capital segurado, referente ao óbito de participante, o valor mensal da pensão por morte de participante, mencionada no “caput”, será concedida, a título de antecipação, com base no saldo existente da conta individual de benefício concedido.
§3º - Após a avaliação final da Seguradora, em relação ao pagamento da indenização do capital segurado, o valor da pensão por morte de participante, de acordo com o previsto no “caput”, será recalculado com base no saldo remanescente e se o valor mensal da pensão por morte for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, os assistidos receberão à vista o saldo da conta individual de benefício concedido, devidamente atualizado, sendo canceladas as suas inscrições, com cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.		§3º - Após a avaliação final da Seguradora, em relação ao pagamento da indenização do capital segurado, o valor da pensão por morte de participante, de acordo com o previsto no “caput”, será recalculado com base no saldo remanescente e se o valor mensal da pensão por morte for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, os assistidos receberão à vista o saldo da conta individual de benefício concedido, devidamente atualizado, sendo canceladas as suas inscrições, com cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.
§4º - No caso do parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar aos assistidos o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.		§4º - No caso do parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar aos assistidos o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.
Art.45. Será facultado aos beneficiários, em função do óbito de participante, receber à vista o valor equivalente a até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , com o consequente recálculo do valor do benefício com base no saldo remanescente.		Art.45. Será facultado aos beneficiários, em função do óbito de participante, receber à vista o valor equivalente a até 10% (dez por cento) do saldo da conta individual de benefício concedido, prevista no inciso V do Art. 84 , com o consequente recálculo do valor do benefício com base no saldo remanescente.
§1º - A faculdade prevista no “caput” será permitida uma só vez, na data do requerimento da pensão por morte de participante, desde que já tenha sido finalizada a avaliação da Seguradora referente ao pagamento ou não do capital segurado.		§1º - A faculdade prevista no “caput” será permitida uma só vez, na data do requerimento da pensão por morte de participante, desde que já tenha sido finalizada a avaliação da Seguradora referente ao pagamento ou não do capital segurado.
§2º - Se no recálculo mencionado no “caput” o valor mensal da pensão por morte de participante for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, os assistidos receberão à vista o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas as suas inscrições no plano com a cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.		§2º - Se no recálculo mencionado no “caput” o valor mensal da pensão por morte de participante for inferior a 5% (cinco por cento) do valor de referência de benefício vigente, os assistidos receberão à vista o saldo remanescente da conta individual de benefício concedido, sendo canceladas as suas inscrições no plano com a cessação de qualquer compromisso previsto nesse Regulamento.
§3º - Caso ocorra a situação mencionada no parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar aos assistidos o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.		§3º - Caso ocorra a situação mencionada no parágrafo anterior, a Ceres deverá comunicar aos assistidos o cancelamento das inscrições e a consequente cessação dos compromissos previstos nesse Regulamento.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Art.46. A pensão por morte será concedida aos beneficiários que estiverem inscritos no EmaterDF-FlexCeres até a data do óbito do participante ou aposentado, ou àqueles que vierem a se inscrever no EmaterDF-FlexCeres nas condições previstas no Art. 15.		Art.46. A pensão por morte será concedida aos beneficiários que estiverem inscritos no EmaterDF-FlexCeres até a data do óbito do participante ou aposentado, ou àqueles que vierem a se inscrever no EmaterDF-FlexCeres nas condições previstas no Art. 15.
§1º – A Ceres não aguardará a solicitação de todos os beneficiários para iniciar o pagamento dos que requererem, sendo devido aos beneficiários os valores de acordo com a prescrição prevista na legislação.		§1º – A Ceres não aguardará a solicitação de todos os beneficiários para iniciar o pagamento dos que requererem, sendo devido aos beneficiários os valores de acordo com a prescrição prevista na legislação.
§2º - Os valores retroativos pagos aos beneficiários retardatários deverão ser compensados nos valores dos benefícios dos demais beneficiários da mesma pensão.		§2º - Os valores retroativos pagos aos beneficiários retardatários deverão ser compensados nos valores dos benefícios dos demais beneficiários da mesma pensão.
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Do Início do Benefício		Do Início do Benefício
Art.47. A data do início da pensão por morte será a do dia do óbito do participante ou aposentado.		Art.47. A data do início da pensão por morte será a do dia do óbito do participante ou aposentado.
SUBSEÇÃO IV		SUBSEÇÃO IV
Do Abono Anual		Do Abono Anual
Art.48. O abono anual consiste no pagamento, até o mês de dezembro de cada exercício, de prestação pecuniária anual para a pensão por morte.		Art.48. O abono anual consiste no pagamento, até o mês de dezembro de cada exercício, de prestação pecuniária anual para a pensão por morte.
§1º - O abono anual corresponde a tantos 1/12 (um doze avos) do valor da pensão por morte de dezembro quantos forem os meses em que os beneficiários se mantiveram em gozo do benefício no curso do ano civil, considerando-se como mês inteiro o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.		§1º - O abono anual corresponde a tantos 1/12 (um doze avos) do valor da pensão por morte de dezembro quantos forem os meses em que os beneficiários se mantiveram em gozo do benefício no curso do ano civil, considerando-se como mês inteiro o período igual ou superior a 15 (quinze) dias.
§2º - Ocorrendo o falecimento de aposentado, o resíduo do abono anual verificado na data do óbito será pago aos seus beneficiários.		§2º - Ocorrendo o falecimento de aposentado, o resíduo do abono anual verificado na data do óbito será pago aos seus beneficiários.
SUBSEÇÃO V		SUBSEÇÃO V
Da Manutenção do Benefício		Da Manutenção do Benefício
Art.49. Anualmente, o valor mensal dos benefícios será reajustado no mês de fevereiro pela variação do INPC, apurada no período entre o mês do último reajuste e o mês de janeiro do ano do reajuste.		Art.49. Anualmente, o valor mensal dos benefícios será reajustado no mês de fevereiro pela variação do INPC, apurada no período entre o mês do último reajuste e o mês de janeiro do ano do reajuste.
§ 1º – O primeiro reajuste, após a concessão do benefício, observará o período compreendido entre o mês da concessão e o mês de janeiro do ano do reajuste.		§ 1º – O primeiro reajuste, após a concessão do benefício, observará o período compreendido entre o mês da concessão e o mês de janeiro do ano do reajuste.
Art.50. A pensão por morte se extingue para o beneficiário, em qualquer das condições previstas no Art. 17 .		Art.50. A pensão por morte se extingue para o beneficiário, em qualquer das condições previstas no Art. 17.
Parágrafo único - A exclusão de qualquer beneficiário importará em recálculo do benefício, dividindo o valor		Parágrafo único - A exclusão de qualquer beneficiário importará em recálculo do benefício, dividindo o valor

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
do beneficiário excluído aos beneficiários remanescentes.		do beneficiário excluído aos beneficiários remanescentes.
CAPÍTULO IV		CAPÍTULO IV
DOS INSTITUTOS		DOS INSTITUTOS
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Do Elenco de Institutos		Do Elenco de Institutos
Art.51. Os institutos assegurados pelo EmaterDF-FlexCeres abrangem:		Art.51. Os institutos assegurados pelo EmaterDF-FlexCeres abrangem:
I – resgate;		I – resgate;
II – portabilidade;		II – portabilidade;
III – benefício proporcional diferido - BPD;		III – benefício proporcional diferido - BPD;
IV – autopatrocínio.		IV – autopatrocínio.
SEÇÃO II		SEÇÃO II
Das Disposições Comuns		Das Disposições Comuns
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Do Extrato dos Institutos		Do Extrato dos Institutos
Art.52. A Ceres fornecerá ao participante, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação da cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador ou a partir da data do protocolo de requerimento, extrato contendo as seguintes informações:		Art.52. A Ceres fornecerá ao participante, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação da cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador ou a partir da data do protocolo de requerimento, extrato contendo as seguintes informações:
I - valor do benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido e do montante dos recursos garantidores, em conformidade com o disposto no Art. 61 ;		I - valor do benefício decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido e do montante dos recursos garantidores, em conformidade com o disposto no Art. 61;
II - condições de cobertura do custo administrativo e do custo dos riscos de invalidez ou morte na fase de diferimento, com a indicação da forma de pagamento;		II - condições de cobertura do custo administrativo e do custo dos riscos de invalidez ou morte na fase de diferimento, com a indicação da forma de pagamento;
III - data base do cálculo do benefício proporcional diferido, com a indicação do critério de atualização;		III - data base do cálculo do benefício proporcional diferido, com a indicação do critério de atualização;
IV - indicação dos requisitos de elegibilidade ao benefício proporcional diferido;		IV - indicação dos requisitos de elegibilidade ao benefício proporcional diferido;
V – valor correspondente ao direito acumulado para fins de portabilidade, com a indicação da data base do cálculo e valores atualizados de recursos portados pelo participante de outros planos de previdência complementar, observado o disposto no Art. 73 ;		V – valor correspondente ao direito acumulado para fins de portabilidade, com a indicação da data base do cálculo e valores atualizados de recursos portados pelo participante de outros planos de previdência complementar, observado o disposto no Art. 73 ;

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
VI – indicação do critério de atualização do valor a ser transferido, a título de portabilidade, até a data da efetiva transferência;		VI – indicação do critério de atualização do valor a ser transferido, a título de portabilidade, até a data da efetiva transferência;
VII – data base e valor de resgate, com a observação sobre a incidência de tributação e opção pelo recebimento em parcelas mensais, conforme previsto no parágrafo 1º Art. 68 ;		VII – data base e valor de resgate, com a observação sobre a incidência de tributação e opção pelo recebimento em parcelas mensais, conforme previsto no parágrafo 1º Art. 68 ;
VIII – indicação da forma de atualização do valor de resgate entre a data base do cálculo e a data do efetivo pagamento;		VIII – indicação da forma de atualização do valor de resgate entre a data base do cálculo e a data do efetivo pagamento;
IX – salário-de-participação e forma de atualização, para fins de contribuição, no caso de opção pelo autopatrocínio;		IX – salário-de-participação e forma de atualização, para fins de contribuição, no caso de opção pelo autopatrocínio;
X – percentual inicial de contribuição, para fins de autopatrocínio, que passará a ser de responsabilidade do participante.		X – percentual inicial de contribuição, para fins de autopatrocínio, que passará a ser de responsabilidade do participante.
§1º - A ausência de comunicação tempestiva, pelo patrocinador, da cessação do vínculo empregatício, não retira do participante, o direito de optar por um dos institutos previstos neste Capítulo.		§1º - A ausência de comunicação tempestiva, pelo patrocinador, da cessação do vínculo empregatício, não retira do participante, o direito de optar por um dos institutos previstos neste Capítulo.
§2º - Na hipótese de questionamento, pelo participante, das informações constantes no extrato previsto no “caput”, o prazo para opção por um dos institutos, conforme previsto nas seções III a VI deste Capítulo, será suspenso até que sejam prestados pela Ceres, os esclarecimentos pertinentes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.		§2º - Na hipótese de questionamento, pelo participante, das informações constantes no extrato previsto no “caput”, o prazo para opção por um dos institutos, conforme previsto nas seções III a VI deste Capítulo, será suspenso até que sejam prestados pela Ceres, os esclarecimentos pertinentes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Da Presunção da Opção pelo BPD		Da Presunção da Opção pelo BPD
Art.53. O participante que tenha cessado seu vínculo empregatício com o patrocinador antes de preencher os requisitos de elegibilidade ao benefício pleno, inclusive na forma antecipada, e que não tenha optado pelo autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade ou resgate, nos respectivos prazos estabelecidos neste Regulamento, terá presumida a sua opção pelo benefício proporcional diferido, desde que sejam atendidas as demais condições previstas na seção IV deste Capítulo.		Art.53. O participante que tenha cessado seu vínculo empregatício com o patrocinador antes de preencher os requisitos de elegibilidade ao benefício pleno, inclusive na forma antecipada, e que não tenha optado pelo autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade ou resgate, nos respectivos prazos estabelecidos neste Regulamento, terá presumida a sua opção pelo benefício proporcional diferido, desde que sejam atendidas as demais condições previstas na seção IV deste Capítulo.
Parágrafo Único – A opção presumida referida no “caput” será feita com a previsão de cobertura dos benefícios de risco de morte ou invalidez do participante, conforme previsto no inciso V do Art. 52.	OBRIGATÓRIA: Art. 24. O regulamento do plano de benefícios deve prever prazo para opção pelo autopatrocínio. (já atendemos)	§1º Parágrafo Único – A opção presumida referida no “caput” será feita com a previsão de cobertura dos benefícios de risco de morte ou invalidez do participante, conforme previsto no inciso V do Art. 52.
	ORIGATÓRIA: Inclusão realizada em virtude da demanda do Artigo 26 Parágrafo único. As contribuições vertidas ao plano de benefícios, em decorrência da opção pelo autopatrocínio, são entendidas, em qualquer situação, como contribuições do participante.	§2º - As contribuições vertidas ao plano de benefícios, em decorrência da opção pelo autopatrocínio, são entendidas, em qualquer situação, como contribuições do participante.
SEÇÃO III		SEÇÃO III

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Do Autopatrocínio		Do Autopatrocínio
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Do Conceito		Do Conceito
Art.54. Autopatrocínio é a faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, previstas no plano de custeio, em caso de perda parcial ou total da remuneração integrante do salário-de-participação , para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração.		Art.54. Autopatrocínio é a faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, previstas no plano de custeio, em caso de perda parcial ou total da remuneração integrante do salário-de-participação , para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração.
	Art. 24. O regulamento do plano de benefícios deve prever prazo para opção pelo autopatrocínio. (já atendemos)	§1º - A opção pelo autopatrocínio será exercida no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do evento que motivou a perda total ou parcial da remuneração e deverá ser formalizada por meio de Termo de Opção devidamente assinado pelo participante.
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Do Prazo para Opção		Do Prazo para Opção
Art.55. A opção pelo autopatrocínio será exercida no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do extrato referido no Art. 52 e deverá ser formalizada por meio de termo de opção devidamente assinado pelo participante.		Art.55. A opção pelo autopatrocínio será exercida no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do extrato referido no Art. 52 e deverá ser formalizada por meio de termo de opção devidamente assinado pelo participante.
Parágrafo único - No caso de perda parcial ou total da remuneração sem a rescisão do vínculo empregatício, o prazo terá início na data do fato.		Parágrafo único - No caso de perda parcial ou total da remuneração sem a rescisão do vínculo empregatício, o prazo terá início na data do fato.
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Da Perda da Remuneração		Da Perda da Remuneração
Art.56. Será entendida como perda total da remuneração componente do salário-de-participação , a cessação ou a suspensão do vínculo empregatício com o patrocinador.		Art.56. Será entendida como perda total da remuneração componente do salário-de-participação , a cessação ou a suspensão do vínculo empregatício com o patrocinador.
§ 1º - Será entendida como perda parcial da remuneração, a redução de parcelas componentes do salário-de-participação, desde que tenham sido recebidas de forma ininterrupta, pelo período mínimo de 12 (doze) meses anteriores à redução.		§ 1º - Será entendida como perda parcial da remuneração, a redução de parcelas componentes do salário-de-participação, desde que tenham sido recebidas de forma ininterrupta, pelo período mínimo de 12 (doze) meses anteriores à redução.
§ 2º - O valor da perda da remuneração referida no “caput” será atualizado nas mesmas épocas e proporções em que ocorrerem reajustes gerais dos salários dos empregados do patrocinador.		§ 2º - O valor da perda da remuneração referida no “caput” será atualizado nas mesmas épocas e proporções em que ocorrerem reajustes gerais dos salários dos empregados do patrocinador.
SUBSEÇÃO IV		SUBSEÇÃO IV
Da Cobertura dos Benefícios e Opção pelos Demais Institutos		Da Cobertura dos Benefícios e Opção pelos Demais Institutos

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Ary. 57. A opção pelo autopatrocínio garante a cobertura dos benefícios previstos neste Regulamento, como se não houvesse perda total ou parcial da remuneração.		Art.57. A opção pelo autopatrocínio garante a cobertura dos benefícios previstos neste Regulamento, como se não houvesse perda total ou parcial da remuneração.
§1º - O período de autopatrocínio será computado como tempo de vinculação funcional ao patrocinador, para fins exclusivos de cumprimento das carências previstas no EmaterDF-FlexCeres.		§1º - O período de autopatrocínio será computado como tempo de vinculação funcional ao patrocinador, para fins exclusivos de cumprimento das carências previstas no EmaterDF-FlexCeres.
§2º - A opção pelo autopatrocínio não impede a posterior opção pelo benefício proporcional diferido, portabilidade ou resgate, nas condições previstas neste Regulamento.		§2º - A opção pelo autopatrocínio não impede a posterior opção pelo benefício proporcional diferido, portabilidade ou resgate, nas condições previstas neste Regulamento.
SEÇÃO IV		SEÇÃO IV
Do Benefício Proporcional Diferido - BPD		Do Benefício Proporcional Diferido - BPD
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Do Conceito		Do Conceito
Art.58. O benefício proporcional diferido – BPD é o instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador, optar pela cessação das contribuições e receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção.		Art.58. O benefício proporcional diferido – BPD é o instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador, optar pela cessação das contribuições e receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção.
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Dos Requisitos e do Prazo para a Opção		Dos Requisitos e do Prazo para a Opção
Art.59. A opção pelo benefício proporcional diferido será aceita desde que o participante atenda simultaneamente os seguintes requisitos:		Art.59. A opção pelo benefício proporcional diferido será aceita desde que o participante atenda simultaneamente os seguintes requisitos:
I – comprovar a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador;		I – comprovar a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador;
II – ter 36 (trinta e seis) meses de vinculação ininterrupta ao EmaterDF-FlexCeres;		II – ter 36 (trinta e seis) meses de vinculação ininterrupta ao EmaterDF-FlexCeres;
III – não estar elegível a benefício de aposentadoria programada previsto no Art. 25 ;		III – não estar elegível a benefício de aposentadoria programada previsto no Art. 25 ;
IV – formalizar, mediante assinatura de termo de opção, o pedido de inscrição ao benefício proporcional diferido no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do extrato referido no Art. 52 ;		IV – formalizar, mediante assinatura de termo de opção, o pedido de inscrição ao benefício proporcional diferido no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do extrato referido no Art. 52 ;
V – formalizar a opção pela cobertura ou não dos riscos de invalidez ou morte no período de diferimento, assumindo o ônus correspondente.		V – formalizar a opção pela cobertura ou não dos riscos de invalidez ou morte no período de diferimento, assumindo o ônus correspondente.
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Da Opção aos Demais Institutos		Da Opção aos Demais Institutos

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Art.60. Durante o período de diferimento, será facultado ao participante optar pelo resgate ou pela portabilidade, nas condições previstas nas seções V e VI deste Capítulo.	OBRIGATÓRIA: Art. 3º A opção do participante pelo benefício proporcional diferido não impede posterior opção pelos demais institutos, desde que obedecidas as condições previstas nesta Resolução e no regulamento do plano de benefícios.	Art.60. Durante o período de diferimento, a opção do participante pelo benefício proporcional diferido não impede posterior opção pelos demais institutos tratados neste regulamento, desde que obedecidas as regras previstas.
	Art. 3º § 1º No caso de posterior opção pela portabilidade ou pelo resgate, os recursos financeiros a serem portados ou resgatados são aqueles apurados na forma e nas condições estabelecidas no regulamento do plano de benefícios.	§2º No caso de posterior opção pelo instituto do autopatrocínio, o participante fica obrigado a verter as contribuições definidas no inciso I do artigo 80, inclusive quanto à manutenção dos valores vertidos aos benefícios de risco, conforme este regulamento ou a apólice contratada para a cobertura dos riscos, se for o caso.
	Art. 3º § 2º No caso de posterior opção pelo instituto do autopatrocínio, que somente poderá ocorrer em plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, o regulamento do plano deve, quando aplicável, dispor sobre as condições para a manutenção de eventuais coberturas dos riscos de invalidez e morte do participante oferecidas durante a fase de diferimento.	§3º No caso de participante em Benefício Proporcional Diferido e que fizer a opção pelo autopatrocínio, mas não tenha feito a opção pela cobertura do risco, deverá cumprir as carências necessárias e apresentar a documentação conforme a apólice do seguro contratada para a cobertura dos riscos.
SUBSEÇÃO IV		SUBSEÇÃO IV
Do Cálculo do BPD		Do Cálculo do BPD
Art.61. Para fins de estimativa do benefício resultante do BPD na data da opção, o valor estimado do benefício proporcional diferido será calculado atuarialmente com base no saldo das contas individuais referidas nos incisos I a IV do Art. 84, para aquela data.		Art.61. Para fins de estimativa do benefício resultante do BPD na data da opção, o valor estimado do benefício proporcional diferido será calculado atuarialmente com base no saldo das contas individuais referidas nos incisos I a IV do Art. 84, para aquela data.
§1º - Para fins de controle, durante o período de diferimento, o valor referido no “caput” será recalculado anualmente com base no saldo das contas nele referidas.		§1º - Para fins de controle, durante o período de diferimento, o valor referido no “caput” será recalculado anualmente com base no saldo das contas nele referidas.
§2º - Dos saldos das contas referidas no “caput” e §1º, serão deduzidas as parcelas destinadas ao custeio administrativo e, se for o caso, à cobertura dos riscos de invalidez e morte referidos no inciso V do Art. 59 .	OBRIGATÓRIA: Art. 5º § 1º Em relação ao participante optante pelo benefício proporcional diferido, o regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre o custeio: I - das despesas administrativas; II - de déficits ou serviço passado; e III - de eventuais coberturas dos riscos de invalidez e morte do participante durante a fase de diferimento, por opção do participante.	§2º - Dos saldos das contas referidas no caput serão deduzidas, durante o período de diferimento, as parcelas destinadas ao custeio administrativo ou déficits e, se for o caso, à cobertura dos riscos de invalidez e morte referidos no inciso V do artigo 59.
§3º - O pagamento do benefício resultante do BPD será devido a partir da data do requerimento, desde que o participante tenha cumprido os requisitos estabelecidos no Art. 25 .		§3º - O pagamento do benefício resultante do BPD será devido a partir da data do requerimento, desde que o participante tenha cumprido os requisitos estabelecidos no Art. 25 .
SUBSEÇÃO V		SUBSEÇÃO V
Da Cobertura dos Benefícios de Risco		Da Cobertura dos Benefícios de Risco
Art.62. No caso do participante ter optado pela cobertura dos riscos mencionados no inciso V do art.		Art.62. No caso do participante ter optado pela cobertura dos riscos mencionados no inciso V do art.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Art. 59 e, ocorrendo a sua invalidez ou morte no período de diferimento, será concedida, conforme o caso, aposentadoria por invalidez ou pensão por morte, nas condições previstas, nas seções IV e V do capítulo III, respectivamente.		Art. 59 e, ocorrendo a sua invalidez ou morte no período de diferimento, será concedida, conforme o caso, aposentadoria por invalidez ou pensão por morte, nas condições previstas nas seções IV e V do capítulo III, respectivamente.
SUBSEÇÃO VI		SUBSEÇÃO VI
Da Não Cobertura aos Benefícios de Risco		Da Não Cobertura aos Benefícios de Risco
Art.63. No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do Art. 59 e ocorrendo a sua invalidez no período de diferimento, ser-lhe-á facultado optar por uma das seguintes alternativas:		Art.63. No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do Art. 59 e ocorrendo a sua invalidez no período de diferimento, ser-lhe-á facultado optar por uma das seguintes alternativas:
I – permanecer inscrito neste plano de benefícios até a data da elegibilidade à aposentadoria programada referida no Art. 25 ;		I – permanecer inscrito neste plano de benefícios até a data da elegibilidade à aposentadoria programada referida no Art. 25 ;
II – receber o saldo das contas referidas nos incisos I a II do Art. 84 , com o consequente cancelamento da sua inscrição no EmaterDF-FlexCeres.		II – receber o saldo das contas referidas nos incisos I a II do Art. 84 , com o consequente cancelamento da sua inscrição no EmaterDF-FlexCeres.
Art.64. No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do Art. 59 e, ocorrendo a sua morte no período de diferimento, será pago aos seus beneficiários o saldo das contas referidas nos incisos I a II do Art. 84, aplicando-se, no que couber, a regra prevista no Art. 8.		Art.64. No caso do participante não ter optado pela cobertura dos benefícios de risco mencionada no inciso V do Art. 59 e, ocorrendo a sua morte no período de diferimento, será pago aos seus beneficiários o saldo das contas referidas nos incisos I a II do Art. 84, aplicando-se, no que couber, a regra prevista no Art. 8.
SEÇÃO V		SEÇÃO V
Do Resgate		Resgate
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Do Conceito		Do Conceito
Art.65. O participante que tiver cancelada sua inscrição nas condições previstas nos incisos II ou III do Art. 16 , sem estar em gozo de benefício previsto neste Regulamento, fará jus, ao resgate dos valores das contribuições pessoais registradas na conta individual referida nos incisos I e II do Art. 84 ;		Art.65. O participante que tiver cancelada sua inscrição nas condições previstas nos incisos II ou III do Art. 16, sem estar em gozo de benefício previsto neste Regulamento, fará jus, ao resgate dos valores das contribuições pessoais registradas na conta individual referida nos incisos I e II do Art. 84 ;
Parágrafo único – Consideram-se contribuições pessoais as efetivamente pagas com recursos próprios do participante.		Parágrafo único 1º Consideram-se contribuições pessoais as efetivamente pagas com recursos próprios do participante.
	OBRIGATÓRIA: Art. 18. I - deve facultar o resgate integral de recursos constituídos em plano administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano; e	§2º É facultado ao participante o resgate de recursos constituídos em plano administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos de benefício.
	OBRIGATÓRIA: Art. 17 § 5º A suspensão do contrato de trabalho decorrente de invalidez de participante é equiparada à perda de vínculo de empregatício a que se refere o § 1º, sendo assegurado ao participante a opção pelo	§3º A suspensão do contrato de trabalho decorrente de invalidez de participante é equiparada à perda de vínculo de empregatício a que se refere o art. 69, sendo assegurado ao participante a opção pelo pagamento do

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
	pagamento do resgate integral independentemente do cumprimento de carência, observadas as demais condições previstas nesta Resolução e no regulamento do plano de benefícios.	resgate independentemente do cumprimento de carência.
	OBRIGATÓRIA: Art.22 II - os valores referentes a eventuais débitos do participante junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante; e	§4º O plano de benefícios deve considerar, por ocasião do pagamento do resgate previsto neste artigo, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.
	Art. 22 I - a parcela destinada à cobertura dos benefícios de risco que, na forma do regulamento e do plano de custeio, seja de responsabilidade do participante;	§5º Do valor previsto no art. 69, poderá ainda ser deduzida a parcela destinada à cobertura dos benefícios de risco que, na forma do regulamento e do plano de custeio, seja de responsabilidade do participante.
	OBRIGATÓRIA: Art. 22, §3º - § 3º No caso de plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida ou de contribuição variável, a atualização das contribuições referida no § 2º deve corresponder à variação das quotas de patrimônio observada no período entre a realização da contribuição e a apuração do valor do resgate.	§6º A totalidade das contribuições vertidas ao plano de benefícios pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo que, na forma deste regulamento e do plano de custeio, sejam de sua responsabilidade, deve corresponder à variação das quotas de patrimônio observada no período entre a realização da contribuição e a apuração do valor do resgate.
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Do Prazo para Opção		Do Prazo para Opção
Art.66. Os valores referentes ao resgate, previsto no Art. 65, serão pagos ao participante mediante assinatura de termo de opção, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento do extrato mencionado no Art. 52 e comprovação da rescisão do contrato de trabalho com o patrocinador.		Art.66. Os valores referentes ao resgate, previsto no Art. 65, serão pagos ao participante mediante assinatura de termo de opção, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento do extrato mencionado no Art. 52 e comprovação da rescisão do contrato de trabalho com o patrocinador.
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Do Resgate de Portabilidade		Do Resgate de Portabilidade
Art.67. É vedado o resgate de recursos oriundos de portabilidade, previsto no Art. 69 , constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar e facultado o resgate de recursos, oriundos de portabilidade, constituídos em plano de benefícios administrado por entidade aberta ou sociedade seguradora, na forma legal.		Art.67. É vedado o resgate de recursos oriundos de portabilidade, previsto no Art. 69 , constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar e facultado o resgate de recursos, oriundos de portabilidade, constituídos em plano de benefícios administrado por entidade aberta ou sociedade seguradora, na forma legal.
SUBSEÇÃO IV		SUBSEÇÃO IV
Do Pagamento		Do Pagamento
Art.68. A Ceres efetuará o pagamento do resgate de contribuições em parcela única, de acordo com cronograma fixado pela Diretoria Executiva, observada a exigência do Art. 66.		Art.68. A Ceres efetuará o pagamento do resgate de contribuições em parcela única, de acordo com cronograma fixado pela Diretoria Executiva, observada a exigência do Art. 66.
§1º – Por opção exclusiva do participante, o pagamento do resgate de contribuições poderá ser feito em até 12 (doze) parcelas mensais, aplicando-se sobre cada parcela a valorização das cotas patrimoniais definidas no Art. 86		§1º – Por opção exclusiva do participante, o pagamento do resgate de contribuições poderá ser feito em até 12 (doze) parcelas mensais, aplicando-se sobre cada

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
		parcela a valorização das cotas patrimoniais definidas no Art. 86
§2º - A opção pelo resgate, inclusive sob a forma de pagamento parcelado, prevista no parágrafo anterior, implica na cessação dos compromissos do EmaterDF-FlexCeres em relação ao participante e seus beneficiários, ressalvado o direito de recebimento das parcelas vincendas, no caso de pagamento parcelado.		§2º - A opção pelo resgate, inclusive sob a forma de pagamento parcelado, prevista no parágrafo anterior, implica na cessação dos compromissos do EmaterDF-FlexCeres em relação ao participante e seus beneficiários, ressalvado o direito de recebimento das parcelas vincendas, no caso de pagamento parcelado.
SEÇÃO VI		SEÇÃO VI
Da Portabilidade		Da Portabilidade
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Do Conceito		Do Conceito
Art. 2 - Portabilidade é o instituto que faculta ao participante transferir o seu direito acumulado no EmaterDF-FlexCeres, para outro plano de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano, na forma da legislação.	OBRIGATÓRIA: Inclusão realizada em virtude da demanda do Artigo 14. É vedado que os recursos financeiros transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.	Art.69. Portabilidade é o instituto que faculta ao participante transferir o seu direito acumulado no EmaterDF-FlexCeres, para outro plano de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano, na forma da legislação, sendo vedado que os recursos financeiros transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.
Parágrafo único. O direito acumulado corresponde à reserva constituída pelas contribuições, aportes e recursos de portabilidade do participante e das contribuições do patrocinador previstas nos incisos I a IV do Art. 84 , descontadas as parcelas das contribuições destinadas ao custeio administrativo e dos benefícios de riscos, previstos no Art. 18 , do período de diferimento no caso do participante ter optado pelo benefício proporcional diferido, previsto no Art. 58 .		Parágrafo único. O direito acumulado corresponde à reserva constituída pelas contribuições, aportes e recursos de portabilidade do participante e das contribuições do patrocinador previstas nos incisos I a IV do Art. 84 , descontadas as parcelas das contribuições destinadas ao custeio administrativo e dos benefícios de riscos, previstos no Art. 18 , do período de diferimento no caso do participante ter optado pelo benefício proporcional diferido, previsto no Art. 58 .
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Dos Requisitos e do Prazo para a Opção		Dos Requisitos e do Prazo para a Opção
Art.70. O direito à portabilidade poderá ser exercido pelo participante que, cumulativamente, preencher os seguintes requisitos:		Art.70. O direito à portabilidade poderá ser exercido pelo participante que, cumulativamente, preencher os seguintes requisitos:
I – comprovar a cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador;		I – comprovar a cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador;
II – ter cumprido 36 (trinta e seis) meses de filiação ininterrupta a este plano de benefícios;		II – ter cumprido 36 (trinta e seis) meses de filiação ininterrupta a este plano de benefícios;
III – não estar em gozo de qualquer benefício previsto neste Regulamento;		III – não estar em gozo de qualquer benefício previsto neste Regulamento;
IV – formalizar, mediante assinatura de termo, a opção pela portabilidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do extrato referido no Art. 52 , caso não tenha optado pelo autopatrocínio, benefício proporcional diferido ou resgate.		IV – formalizar, mediante assinatura de termo, a opção pela portabilidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do extrato referido no Art. 52 , caso não tenha optado pelo autopatrocínio, benefício proporcional diferido ou resgate.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
Parágrafo único - O disposto no inciso II deste artigo não se aplica para portabilidade de recursos portados de outro plano de previdência complementar.		Parágrafo único - O disposto no inciso II deste artigo não se aplica para portabilidade de recursos portados de outro plano de previdência complementar.
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Do Cancelamento de Inscrição		Do Cancelamento de Inscrição
Art. 3 - A opção pela portabilidade será exercida pelo participante em caráter irrevogável e irretratável e implicará, a partir da data da opção, no cancelamento de sua inscrição no EmaterDF-FlexCeres, juntamente com todos os seus beneficiários.		Art.71. A opção pela portabilidade será exercida pelo participante em caráter irrevogável e irretratável e implicará, a partir da data da opção, no cancelamento de sua inscrição no EmaterDF-FlexCeres, juntamente com todos os seus beneficiários.
Parágrafo único - O direito à portabilidade é inalienável, vedada a sua cessão sob qualquer forma.		Parágrafo único - O direito à portabilidade é inalienável, vedada a sua cessão sob qualquer forma.
SUBSEÇÃO IV		SUBSEÇÃO IV
Do Termo de Portabilidade		Do Termo de Portabilidade
Art.72. A transferência dos recursos financeiros referentes à portabilidade será processada por meio de Termo de Portabilidade, emitido pela Ceres, contendo as seguintes informações:		Art.72. A transferência dos recursos financeiros referentes à portabilidade será processada por meio de Termo de Portabilidade, emitido pela Ceres, contendo as seguintes informações:
I - identificação do participante;		I - identificação do participante;
II – identificação da Ceres;		II – identificação da Ceres;
III – identificação do plano de benefícios originário;		III – identificação do plano de benefícios originário;
IV – identificação da entidade destinatária e do plano de benefícios receptor dos recursos a serem transferidos;		IV – identificação da entidade destinatária e do plano de benefícios receptor dos recursos a serem transferidos;
V – valor a ser portado, e critério de atualização até a data da efetiva transferência;	OBRIGATÓRIA: Art. 15 O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre a data base de apuração e os critérios de atualização do valor a ser portado, na forma definida pela Previc.	V – valor a ser portado, e critério de atualização até a data da efetiva transferência;
VI – data limite para a transferência dos recursos;		VI – data limite para a transferência dos recursos;
VII – identificação das contas correntes bancárias, da Ceres e da entidade destinatária dos recursos a serem transferidos;		VII – identificação das contas correntes bancárias, da Ceres e da entidade destinatária dos recursos a serem transferidos;
VIII - concordância do participante com as informações constantes do Termo de Portabilidade;		VIII - concordância do participante com as informações constantes do Termo de Portabilidade;
IX – assinatura do representante legal da Ceres.		IX – assinatura do representante legal da Ceres.
Parágrafo único - Os recursos a serem portados serão corrigidos monetariamente "pro-rata-tempore", pela variação da cota patrimonial, entre o mês da última atualização e o dia da efetiva transferência.	Alteração de parágrafo único para §1°.	§1º Os recursos a serem portados serão corrigidos monetariamente "pro-rata-tempore", pela variação do INPC, entre o mês da última atualização e o dia da efetiva transferência.
	OBRIGATÓRIA: Art. 15 Parágrafo único. A entidade fechada de previdência	§2º Os recursos a serem portados devem considerar, por ocasião da apuração do valor a ser portado, a

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
	complementar deve considerar, por ocasião da apuração do valor a ser portado, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante	situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.
SUBSEÇÃO V		SUBSEÇÃO V
Da Portabilidade de Outra Entidade Previdenciária		Da Portabilidade de Outra Entidade Previdenciária
Art.73. Os recursos portados de outra entidade previdenciária serão registrados em conta separada, com a finalidade de conversão em benefício suplementar adicional, atuarialmente calculado na data da concessão.	Alteração em atendimento ao artigo 10 da Resolução 50/2022.	Art. 73 - Os recursos portados de outra entidade previdenciária devem manter controle em separado, desvinculado do direito acumulado pelo participante no plano de destino, das parcelas correspondentes às contribuições do participante e do patrocinador oriundas de recursos portados de outro plano de previdência complementar, observando a forma e as condições definidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.
Parágrafo Único - Os recursos referidos no “caput” serão atualizados a partir da data do recebimento, pela variação da cota patrimonial, e incorporados ao direito de exercício de posterior portabilidade ou resgate, observada a restrição referida no Art. 67 .	Alteração de parágrafo único para §1°.	Parágrafo Único §1º - Os recursos referidos no caput, serão atualizados monetariamente a partir da data do recebimento, na forma prevista no artigo 78, e incorporados ao direito de exercício de posterior portabilidade ou resgate, observada a restrição prevista no § 3º do artigo 65.
	OBRIGATÓRIA: Art. 8º §1º É permitida a portabilidade entre planos de benefícios administrados por uma mesma entidade fechada de previdência complementar.	§2º Fica permitida a portabilidade entre planos de benefícios administrados por uma mesma entidade fechada de previdência complementar.
CAPÍTULO V		CAPÍTULO V
DO PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS		DO PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Do Vencimento e dos Descontos dos Benefícios		Do Vencimento e dos Descontos dos Benefícios
Art.74. Os benefícios previstos neste Regulamento têm como referência o último dia do mês de competência e serão pagos no período entre o último dia útil desse mês e o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.		Art.74. Os benefícios previstos neste Regulamento têm como referência o último dia do mês de competência e serão pagos no período entre o último dia útil desse mês e o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.
Art.75. Serão descontados do valor dos benefícios:		Art.75. Serão descontados do valor dos benefícios:
I - importâncias recebidas indevidamente pelos assistidos;		I - importâncias recebidas indevidamente pelos assistidos;
II – descontos legais e regulamentares;		II – descontos legais e regulamentares;
III - prestação de alimentos determinada por sentença judicial;		III - prestação de alimentos determinada por sentença judicial;
IV – outros valores autorizados pelo assistido e com previsão legal.		IV – outros valores autorizados pelo assistido e com previsão legal.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
SEÇÃO II	OBRIGATÓRIA: Art. 15 O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre a data base de apuração e os critérios de atualização do valor a ser portado, na forma definida pela Previc.	SEÇÃO II
Dos Encargos sobre os Benefícios		Dos Encargos sobre os Benefícios
Art.76. No caso de revisão de benefícios que resultar em valor superior ou inferior ao que vinha sendo pago, a diferença será objeto de atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês do fato gerador e o mês anterior ao do desconto ou pagamento.		Art.76. No caso de revisão de benefícios que resultar em valor superior ou inferior ao que vinha sendo pago, a diferença será objeto de atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês do fato gerador e o mês anterior ao do desconto ou pagamento.
§1º - No caso de revisão de benefício resultante em valor inferior, a Ceres efetuará o pagamento juntamente com a folha de pagamento do mês seguinte ao que se verificar a diferença, e na hipótese de revisão de benefício resultante em valor superior, a diferença será descontada do benefício no percentual de 30 (trinta) por cento do valor líquido, considerando os descontos legais.		§1º - No caso de revisão de benefício resultante em valor inferior, a Ceres efetuará o pagamento juntamente com a folha de pagamento do mês seguinte ao que se verificar a diferença, e na hipótese de revisão de benefício resultante em valor superior, a diferença será descontada do benefício no percentual de 30 (trinta) por cento do valor líquido, considerando os descontos legais.
§2º - As importâncias recebidas indevidamente por assistido, nos casos comprovados de fraude, dolo ou má-fé, provocados pelo próprio assistido, serão restituídas à Ceres, nos termos da legislação pertinente, com atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês em que se deu o recebimento indevido e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, acrescida de juro de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).		§2º - As importâncias recebidas indevidamente por assistido, nos casos comprovados de fraude, dolo ou má-fé, provocados pelo próprio assistido, serão restituídas à Ceres, nos termos da legislação pertinente, com atualização monetária com base na variação positiva do INPC, no período compreendido entre o mês em que se deu o recebimento indevido e o mês anterior ao do desconto ou pagamento, acrescida de juro de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).
TÍTULO IV		TÍTULO IV
DO CUSTEIO DO PLANO		DO CUSTEIO DO PLANO
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
DO PLANO DE CUSTEIO		DO PLANO DE CUSTEIO
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Das Receitas		Das Receitas
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Da Aprovação do Plano de Custeio		Da Aprovação do Plano de Custeio
Art.77. O Plano de Custeio pertinente ao EmaterDF-FlexCeres será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, dele devendo obrigatoriamente constar o regime financeiro e os respectivos cálculos atuariais.		Art.77. O Plano de Custeio pertinente ao EmaterDF-FlexCeres será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo , devendo obrigatoriamente constar o regime financeiro e os respectivos cálculos atuariais.
Parágrafo único - O Plano de Custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos do EmaterDF-FlexCeres.		Parágrafo único - O Plano de Custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos do EmaterDF-FlexCeres.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Das Fontes de Receitas		Das Fontes de Receitas
Art.78. O custeio do EmaterDF-FlexCeres será atendido pelas seguintes fontes de receita:		Art.78. O custeio do EmaterDF-FlexCeres será atendido pelas seguintes fontes de receita:
I – contribuições normais, calculadas com base em percentuais incidentes sobre o salário-de-participação dos participantes ou sobre o benefício no caso de assistidos:		I – contribuições normais, calculadas com base em percentuais incidentes sobre o salário-de-participação dos participantes ou sobre o benefício no caso de assistidos:
a) dos participantes, relativas à aposentadoria programada prevista alínea “a” do inciso I do Art. 18 , e observado o disposto no §1º do Art. 79;		a) dos participantes, relativas à aposentadoria programada prevista alínea “a” do inciso I do Art. 18 , e observado o disposto no §1º do Art. 79;
b) dos participantes, relativas aos benefícios de risco previstos na alínea “b” do inciso I e no inciso II do Art. 18;		b) dos participantes, relativas aos benefícios de risco previstos na alínea “b” do inciso I e no inciso II do Art. 18;
c) dos participantes e assistidos, relativas à despesa administrativa, observado o disposto no §2º do Art. 78 ;		c) dos participantes e assistidos, relativas à despesa administrativa, observado o disposto no §2º do Art. 78;
d) do patrocinador, relativas à aposentadoria programada prevista alínea “a” do inciso I do Art. 18 , e observado o disposto no §3º do Art. 79 ;		d) do patrocinador, relativas à aposentadoria programada prevista alínea “a” do inciso I do Art. 18, e observado o disposto no §3º do Art. 79;
e) do patrocinador, relativas aos benefícios de risco previstos na alínea “b” do inciso I e no inciso II do Art. 18, observado o disposto no § 3º do Art. 79;		e) do patrocinador, relativas aos benefícios de risco previstos na alínea “b” do inciso I e no inciso II do Art. 18, observado o disposto no § 3º do Art. 79;
f) do patrocinador, relativas à despesa administrativa, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 79;		f) do patrocinador, relativas à despesa administrativa, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 79;
II – contribuições facultativas dos participantes, com base em percentual de sua livre escolha, incidente sobre o salário-de-participação, destinadas ao reforço ou ajuste da meta da aposentadoria programada;		II – contribuições facultativas dos participantes, com base em percentual de sua livre escolha, incidente sobre o salário-de-participação, destinadas ao reforço ou ajuste da meta da aposentadoria programada;
III – aportes de participantes, de valor de sua livre escolha, pago a qualquer tempo;		III – aportes de participantes, de valor de sua livre escolha, pago a qualquer tempo;
IV – recursos portados de participantes de acordo com a legislação vigente;		IV – recursos portados de participantes de acordo com a legislação vigente;
V - rendimento das aplicações do patrimônio, relativo aos resultados obtidos pelos investimentos;		V - rendimento das aplicações do patrimônio, relativo aos resultados obtidos pelos investimentos;
VI - outras receitas não previstas nos incisos precedentes, cuja destinação será estabelecida por decisão do Conselho Deliberativo da Ceres em conjunto com o patrocinador.		VI - outras receitas não previstas nos incisos precedentes, cuja destinação será estabelecida por decisão do Conselho Deliberativo da Ceres em conjunto com o patrocinador.
Parágrafo único- O Patrocinador cessará o pagamento das contribuições referidas nas alíneas “d”, “e” e “f” do inciso I do Art. 78 , a partir do mês seguinte em que o participante cumprir os requisitos de elegibilidade plena para aposentadoria programada, 60 anos de idade e 15 anos de plano, bem como permanecer vinculado ao seu quadro de empregados, responsabilizando-se o participante, a partir de então,		Parágrafo único- O Patrocinador cessará o pagamento das contribuições referidas nas alíneas “d”, “e” e “f” do inciso I do Art. 78 , a partir do mês seguinte em que o participante cumprir os requisitos de elegibilidade plena para aposentadoria programada, 60 anos de idade e 15 anos de plano, bem como permanecer vinculado ao seu quadro de empregados, responsabilizando-se o participante, a partir de então,

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
pelo recolhimento no mínimo das contribuições a que se referem as alíneas "b", "c", "e" e "f" do inciso I do Art. 78.		pelo recolhimento no mínimo das contribuições a que se referem as alíneas "b", "c", "e" e "f" do inciso I do Art. 78.
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Dos Critérios de Algumas Receitas		Dos Critérios de Algumas Receitas
Art.79. As fontes de custeio estão subordinadas a determinados critérios previdenciais, financeiros e legais.		Art.79. As fontes de custeio estão subordinadas a determinados critérios previdenciais, financeiros e legais.
§1º - A contribuição mencionada na alínea "a" do inciso I do Art. 78 será, no mínimo, de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do salário-de-participação, além da obrigatoriedade de efetuar o pagamento para cobertura do risco e da administração, observado o disposto no §3º do art. 11 no caso de participantes não cobertos pelo seguro para benefícios de risco.		§1º - A contribuição mencionada na alínea "a" do inciso I do Art. 78 será, no mínimo, de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do salário-de-participação, além da obrigatoriedade de efetuar o pagamento para cobertura do risco e da administração, observado o disposto no §3º do art. 11 no caso de participantes não cobertos pelo seguro para benefícios de risco.
§2º - A despesa administrativa, relacionada com a gestão do EmaterDF-FlexCeres, será custeada por contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos na forma estabelecida no plano de custeio aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo e em conformidade com a legislação em vigor.		§2º - A despesa administrativa, relacionada com a gestão do EmaterDF-FlexCeres, será custeada por contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos na forma estabelecida no plano de custeio aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo e em conformidade com a legislação em vigor.
§3º - A contribuição do patrocinador, referente às alíneas "d" a "f" do inciso I do Art. 78 , será paritária em relação às contribuições dos participantes referidas nas alíneas "a", a "c" do mesmo inciso, observado o limite máximo de 8,5% (oito por cento) do salário-de-participação de cada participante.		§3º - A contribuição do patrocinador, referente às alíneas "d" a "f" do inciso I do Art. 78 , será paritária em relação às contribuições dos participantes referidas nas alíneas "a", a "c" do mesmo inciso, observado o limite máximo de 8,5% (oito por cento) do salário-de-participação de cada participante.
§4º - Observadas as disposições legais vigentes, a Ceres poderá contratar junto à sociedade seguradora autorizada a funcionar no país, seguro específico para cobertura dos riscos atuariais motivados pela concessão de benefícios decorrentes da invalidez ou morte, de forma a assegurar a solvência e equilíbrio do plano EmaterDF-FlexCeres.		§4º - Observadas as disposições legais vigentes, a Ceres poderá contratar junto à sociedade seguradora autorizada a funcionar no país, seguro específico para cobertura dos riscos atuariais motivados pela concessão de benefícios decorrentes da invalidez ou morte, de forma a assegurar a solvência e equilíbrio do plano EmaterDF-FlexCeres.
§5º - As contribuições normais e as contribuições facultativas dos participantes, previstas nos incisos I e II, do Art. 78 , poderão ser alteradas a qualquer tempo, entretanto, em face da contratação do seguro, referida nos parágrafos anteriores, as contribuições mencionadas neste parágrafo, somente poderão ser majoradas no mês anterior ao da renovação do contrato de seguro ou no mês anterior ao acordado para atualização dos capitais segurados junto à Seguradora, haja vista, que, nesta situação, os capitais segurados podem ser atualizados com periodicidade superior à mensal.		§5º - As contribuições normais e as contribuições facultativas dos participantes, previstas nos incisos I e II, do Art. 78 , poderão ser alteradas a qualquer tempo, entretanto, em face da contratação do seguro, referida nos parágrafos anteriores, as contribuições mencionadas neste parágrafo, somente poderão ser majoradas no mês anterior ao da renovação do contrato de seguro ou no mês anterior ao acordado para atualização dos capitais segurados junto à Seguradora, haja vista, que, nesta situação, os capitais segurados podem ser atualizados com periodicidade superior à mensal.
§6º - A contribuição sobre o décimo terceiro salário, no primeiro ano de inscrição do participante, será calculada com base no salário-de-participação do mês de dezembro, sendo proporcional a tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses de contribuição no ano.		§6º - A contribuição sobre o décimo terceiro salário, no primeiro ano de inscrição do participante, será calculada com base no salário-de-participação do mês de dezembro, sendo proporcional a tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses de contribuição no ano.
§7º - No caso de rescisão do contrato de trabalho, a contribuição sobre o décimo terceiro salário será calculada com base no salário-de-participação referente		§7º - No caso de rescisão do contrato de trabalho, a contribuição sobre o décimo terceiro salário será calculada com base no salário-de-participação referente

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
ao mês do desligamento, sendo proporcional a tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses de contribuição no ano.		ao mês do desligamento, sendo proporcional a tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses de contribuição no ano.
SEÇÃO II		SEÇÃO II
Do Limite Técnico da Taxa de Contribuição Patronal		Do Limite Técnico da Taxa de Contribuição Patronal
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Do Conceito		Do Conceito
Art.80. Para cada participante que se inscrever no EmaterDF-FlexCeres, será fixado um limite técnico da taxa de contribuição normal do patrocinador, que seria necessário para alcançar a estimativa inicial da meta da aposentadoria programada, considerando que a taxa de contribuição normal do participante é paritária à taxa patronal.		Art.80. Para cada participante que se inscrever no EmaterDF-FlexCeres, será fixado um limite técnico da taxa de contribuição normal do patrocinador, que seria necessário para alcançar a estimativa inicial da meta da aposentadoria programada, considerando que a taxa de contribuição normal do participante é paritária à taxa patronal.
§1º - O limite técnico mencionado no “caput” não poderá exceder aos 8,5% (oito por cento) fixado no §3º do Art. 79		§1º - O limite técnico mencionado no “caput” não poderá exceder aos 8,5% (oito por cento) fixado no §3º do Art. 79
§2º - Caso contribuição normal do patrocinador, necessária para o alcance da estimativa inicial da meta da aposentadoria programada, venha exceder o limite de 8,5% (oito por cento), é facultado ao participante suprir o excedente por meio de contribuição facultativa.		§2º - Caso contribuição normal do patrocinador, necessária para o alcance da estimativa inicial da meta da aposentadoria programada, venha exceder o limite de 8,5% (oito por cento), é facultado ao participante suprir o excedente por meio de contribuição facultativa.
SUBSEÇÃO II		SUBSEÇÃO II
Da Estimativa Inicial da Meta de Aposentadoria Programada		Da Estimativa Inicial da Meta de Aposentadoria Programada
Art.81. A estimativa inicial da meta, referida no Art. 80 , será fixada na data da inscrição no EmaterDF-FlexCeres, pela diferença entre o salário-de-participação projetado e o valor de referência de benefício.		Art.81. A estimativa inicial da meta, referida no Art. 80 , será fixada na data da inscrição no EmaterDF-FlexCeres, pela diferença entre o salário-de-participação projetado e o valor de referência de benefício.
§1º - A estimativa inicial da meta inicial não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário-de-participação projetado, limitado a 20% (vinte por cento) do valor de referência de benefício.		§1º - A estimativa inicial da meta inicial não será inferior a 20% (vinte por cento) do salário-de-participação projetado, limitado a 20% (vinte por cento) do valor de referência de benefício.
§ 2º - O salário-de-participação projetado referido no caput é o valor do salário-de-participação acrescido do taxa média anual de crescimento salarial até a data na qual o participante adquire 15 (quinze) anos de contribuição ao plano e 60 (sessenta) anos de idade.		§ 2º - O salário-de-participação projetado referido no caput é o valor do salário-de-participação acrescido do taxa média anual de crescimento salarial até a data na qual o participante adquire 15 (quinze) anos de contribuição ao plano e 60 (sessenta) anos de idade.
§3º - A taxa média anual de crescimento real salarial é informada pelo patrocinador de acordo com sua política de recursos humanos.		§3º - A taxa média anual de crescimento real salarial é informada pelo patrocinador de acordo com sua política de recursos humanos.
§4º - Cabe ressaltar que a meta de aposentadoria programada é uma mera estimativa, não se tratando de qualquer garantia do plano e que o benefício será concedido com base no saldo de contas, conforme Art. 26		§4º - Cabe ressaltar que a meta de aposentadoria programada é uma mera estimativa, não se tratando de qualquer garantia do plano e que o benefício será concedido com base no saldo de contas, conforme Art. 26

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
SUBSEÇÃO III		SUBSEÇÃO III
Dos Requisitos para Alcance da Meta de Aposentadoria Programada		Dos Requisitos para Alcance da Meta de Aposentadoria Programada
Art.82. Para que a estimativa inicial da meta da aposentadoria programada possa ser alcançada, será necessário que, no período entre a data da inscrição e a data prevista para a elegibilidade plena:		Art.82. Para que a estimativa inicial da meta da aposentadoria programada possa ser alcançada, será necessário que, no período entre a data da inscrição e a data prevista para a elegibilidade plena:
I - o participante e o patrocinador aporem, ininterruptamente, as contribuições no nível proposto no Art. 80 ;		I - o participante e o patrocinador aporem, ininterruptamente, as contribuições no nível proposto no Art. 80 ;
II - os rendimentos das aplicações do patrimônio sejam, pelo menos, iguais à variação do INPC, acrescidos da taxa de juro mencionada no inciso III;		II - os rendimentos das aplicações do patrimônio sejam, pelo menos, iguais à variação do INPC, acrescidos da taxa de juro mencionada no inciso III;
III - a taxa de juro, considerada no cálculo da estimativa da meta da aposentadoria programada, se mantenha;		III - a taxa de juro, considerada no cálculo da estimativa da meta da aposentadoria programada, se mantenha;
IV - a expectativa média de sobrevida, baseada na tábua biométrica de sobrevivência e utilizada no cálculo da estimativa da meta da aposentadoria programada, se mantenha;		IV - a expectativa média de sobrevida, baseada na tábua biométrica de sobrevivência e utilizada no cálculo da estimativa da meta da aposentadoria programada, se mantenha;
V - a taxa média anual de crescimento real salarial, definida pelo patrocinador, prevista na avaliação atuarial e utilizada no cálculo da estimativa inicial da meta da aposentadoria programada, se mantenha.		V - a taxa média anual de crescimento real salarial, definida pelo patrocinador, prevista na avaliação atuarial e utilizada no cálculo da estimativa inicial da meta da aposentadoria programada, se mantenha.
SUBSEÇÃO IV		SUBSEÇÃO IV
Da Revisão do Limite Técnico da Contribuição Patronal		Da Revisão do Limite Técnico da Contribuição Patronal
Art.83. O limite técnico fixado na época da inscrição, desde que inferior aos 8,5% (oito por cento) previstos no §3º do Art. 79 , será revisto quando:		Art.83. O limite técnico fixado na época da inscrição, desde que inferior aos 8,5% (oito por cento) previstos no §3º do Art. 79 , será revisto quando:
I - a taxa de juro, prevista no inciso III do Art. 82 , for alterada;		I - a taxa de juro, prevista no inciso III do Art. 82 , for alterada;
II – a expectativa média de sobrevida, prevista no inciso IV do Art. 82 , for alterada;		II – a expectativa média de sobrevida, prevista no inciso IV do Art. 82 , for alterada;
III – a taxa média anual de crescimento real salarial, prevista no inciso V do Art. 82 , for alterada.		III – a taxa média anual de crescimento real salarial, prevista no inciso V do Art. 82 , for alterada.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
DAS CONTAS INDIVIDUAIS, FUNDOS COLETIVOS E CAPITALIS SEGURADOS		DAS CONTAS INDIVIDUAIS, FUNDOS COLETIVOS E CAPITALIS SEGURADOS
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Das Contas Individuais		Das Contas Individuais
Art.84. As contribuições, os recursos portados e os aportes serão registrados em contas individuais com a seguinte constituição e finalidade:		Art.84. As contribuições, os recursos portados e os aportes serão registrados em contas individuais com a seguinte constituição e finalidade:

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
I – conta individual do participante - contribuições: constituída pelas contribuições mencionadas na alínea “a” do inciso I e no inciso II do Art. 78 , com a finalidade de prover o custeio normal da meta de aposentadoria programada;		I – conta individual do participante - contribuições: constituída pelas contribuições mencionadas na alínea “a” do inciso I e no inciso II do Art. 78 , com a finalidade de prover o custeio normal da meta de aposentadoria programada;
II – conta individual do participante – recursos portados ou aportes: constituída por aportes e pelos recursos provenientes de portabilidade, recebidos pela Ceres em nome do participante, mencionados respectivamente nos incisos III e IV do Art. 78 , com a finalidade de reforçar a meta de aposentadoria programada;		II – conta individual do participante – recursos portados ou aportes: constituída por aportes e pelos recursos provenientes de portabilidade, recebidos pela Ceres em nome do participante, mencionados respectivamente nos incisos III e IV do Art. 78 , com a finalidade de reforçar a meta de aposentadoria programada;
III - conta individual patronal – contribuição: constituída pela contribuição mencionada na alínea “d” do inciso I do Art. 78 , registrada em nome de cada participante, com a finalidade de prover o custeio normal da aposentadoria programada;		III - conta individual patronal – contribuição: constituída pela contribuição mencionada na alínea “d” do inciso I do Art. 78 , registrada em nome de cada participante, com a finalidade de prover o custeio normal da aposentadoria programada;
IV - conta individual do capital segurado: constituída pela indenização, quando houver, de acordo com o Art. 89 , referente ao capital segurado feito pela Seguradora à Ceres, registrada em nome de cada participante, quando da ocorrência dos eventos de invalidez ou morte, para fins de cobertura das rendas de aposentadoria por invalidez ou pensão por morte; e		IV - conta individual do capital segurado: constituída pela indenização, quando houver, de acordo com o Art. 89 , referente ao capital segurado feito pela Seguradora à Ceres, registrada em nome de cada participante, quando da ocorrência dos eventos de invalidez ou morte, para fins de cobertura das rendas de aposentadoria por invalidez ou pensão por morte; e
V - conta individual de benefício concedido: constituída na data da concessão do benefício de renda de aposentadoria programada, pela transferência dos saldos das contas mencionadas nos incisos I a III. No caso da concessão dos benefícios de renda de aposentadoria por invalidez ou pensão por morte será adicionado à conta o saldo da conta mencionada no inciso IV com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios do plano.		V - conta individual de benefício concedido: constituída na data da concessão do benefício de renda de aposentadoria programada, pela transferência dos saldos das contas mencionadas nos incisos I a III. No caso da concessão dos benefícios de renda de aposentadoria por invalidez ou pensão por morte será adicionado à conta o saldo da conta mencionada no inciso IV com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios do plano.
Parágrafo Único – Para fins de controle, a conta individual do participante – recursos portados ou aportes, prevista no inciso II deste artigo, deverá ser dividida em subcontas para identificar de forma segregada os aportes, os recursos portados de planos de previdência complementar aberta e os recursos portados de planos de previdência complementar fechada.		Parágrafo Único – Para fins de controle, a conta individual do participante – recursos portados ou aportes, prevista no inciso II deste artigo, deverá ser dividida em subcontas para identificar de forma segregada os aportes, os recursos portados de planos de previdência complementar aberta e os recursos portados de planos de previdência complementar fechada.
Art.85. A Ceres enviará aos participantes e assistidos demonstrativos contendo informações sobre patrimônio, rentabilidade, composição das contas individuais, dentro dos prazos fixados pela legislação.		Art.85. A Ceres enviará aos participantes e assistidos demonstrativos contendo informações sobre patrimônio, rentabilidade, composição das contas individuais, dentro dos prazos fixados pela legislação.
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Das Cotas Patrimoniais		Das Cotas Patrimoniais
Art.86. As cotas patrimoniais terão na data da implantação do EmaterDF-FlexCeres o valor original de R\$ 1,00 (um real).		Art.86. As cotas patrimoniais terão na data da implantação do EmaterDF-FlexCeres o valor original de R\$ 1,00 (um real).
§1º – O valor da cota patrimonial será calculado em função da variação mensal do patrimônio do EmaterDF-FlexCeres e em conformidade com metodologia respaldada por Nota Técnica Atuarial.		§1º – O valor da cota patrimonial será calculado em função da variação mensal do patrimônio do EmaterDF-FlexCeres e em conformidade com metodologia respaldada por Nota Técnica Atuarial.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
§2º - As contribuições serão convertidas em cotas patrimoniais mediante divisão de seu valor nominal pelo valor da cota vigente no último dia útil do mês anterior.		§2º - As contribuições serão convertidas em cotas patrimoniais mediante divisão de seu valor nominal pelo valor da cota vigente no último dia útil do mês anterior.
SEÇÃO II		SEÇÃO II
Dos Fundos Coletivos		Dos Fundos Coletivos
Art.87. As contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco e da administração do plano, previstas nas alíneas “b”, “c”, “e” e “f” do inciso I do Art. 78 , e as transferências de valores de contas individuais serão registradas em fundos coletivos com a seguinte constituição e finalidade:		Art.87. As contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco e da administração do plano, previstas nas alíneas “b”, “c”, “e” e “f” do inciso I do Art. 78 , e as transferências de valores de contas individuais serão registradas em fundos coletivos com a seguinte constituição e finalidade:
I – fundo de cobertura de risco - constituído por duas fontes de custeio, sendo uma pelo excedente de contribuições, mencionadas nas alíneas “b” e “e” do inciso I do Art. 78 , em relação ao custo dos benefícios de risco, e outra pelo valor da indenização de capitais segurados pago pela Seguradora à Ceres, proveniente de óbitos de participantes que não tenham a concessão de pensão, por ausência de beneficiários, de herdeiro legal ou demais pessoas, conforme artigo 8º, com a finalidade de minimizar o capital a ser segurado pela Seguradora, reduzindo o custo dos benefícios de risco;		I – fundo de cobertura de risco - constituído por duas fontes de custeio, sendo uma pelo excedente de contribuições, mencionadas nas alíneas “b” e “e” do inciso I do Art. 78 , em relação ao custo dos benefícios de risco, e outra pelo valor da indenização de capitais segurados pago pela Seguradora à Ceres, proveniente de óbitos de participantes que não tenham a concessão de pensão, por ausência de beneficiários, de herdeiro legal ou demais pessoas, conforme artigo 8º, com a finalidade de minimizar o capital a ser segurado pela Seguradora, reduzindo o custo dos benefícios de risco;
II - fundo administrativo – constituído pelo excedente das contribuições mencionadas nas alíneas “c” e “f” do inciso I do Art. 78 , em relação ao custo administrativo proporcional ao plano, com a finalidade de custear, a médio e longo prazo, eventuais ocorrências de custo administrativo além do esperado.		II - fundo administrativo – constituído pelo excedente das contribuições mencionadas nas alíneas “c” e “f” do inciso I do Art. 78 , em relação ao custo administrativo proporcional ao plano, com a finalidade de custear, a médio e longo prazo, eventuais ocorrências de custo administrativo além do esperado.
III - fundo de desligamento – constituído pelas transferências ao saldo da conta mencionada no inciso III do Art. 84 , relativos aos participantes que tenham obtido o resgate de suas contribuições, na forma prevista na seção V do capítulo IV, com a finalidade de recompor ou reforçar os fundos coletivos previdenciais.		III - fundo de desligamento – constituído pelas transferências ao saldo da conta mencionada no inciso III do Art. 84 , relativos aos participantes que tenham obtido o resgate de suas contribuições, na forma prevista na seção V do capítulo IV, com a finalidade de recompor ou reforçar os fundos coletivos previdenciais.
IV – Fundo de Oscilação de Rentabilidade dos Assistidos – constituído pelo excedente da rentabilidade referente aos assistidos em relação ao índice de referência, tem como finalidade minimizar diminuir os impactos negativos no plano nos momentos em que a rentabilidade se apresentar aquém do índice de referência..		IV – Fundo de Oscilação de Rentabilidade dos Assistidos – constituído pelo excedente da rentabilidade referente aos assistidos em relação ao índice de referência, tem como finalidade minimizar diminuir os impactos negativos no plano nos momentos em que a rentabilidade se apresentar aquém do índice de referência..
SEÇÃO III		SEÇÃO III
Do Capital Financeiro Segurado		Do Capital Financeiro Segurado
Art.88. O valor do capital financeiro segurado é o valor pleno do capital financeiro necessário para a cobertura dos benefícios de risco provenientes de renda previstos nesse Regulamento, deduzido do saldo das contas individuais mencionadas nos incisos de I a III do Art. 84 , que deve ser indenizado pela Seguradora à Ceres quando da ocorrência dos eventos de invalidez e morte.		Art.88. O valor do capital financeiro segurado é o valor pleno do capital financeiro necessário para a cobertura dos benefícios de risco provenientes de renda previstos nesse Regulamento, deduzido do saldo das contas individuais mencionadas nos incisos de I a III do Art. 84 , que deve ser indenizado pela Seguradora à Ceres quando da ocorrência dos eventos de invalidez e morte.
§1º - O valor pleno do capital financeiros será calculado atuarialmente, com base na estimativa de benefício		§1º - O valor pleno do capital financeiro será calculado atuarialmente, com base na estimativa de benefício

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
definida no Art. 34 , de forma que esse montante seja suficiente para o pagamento de uma renda mensal e vitalícia.		definida no Art. 34 , de forma que esse montante seja suficiente para o pagamento de uma renda mensal e vitalícia.
§2º O valor pleno do capital financeiro a ser segurado deve ser atualizado e informado periodicamente pela Ceres à Seguradora, de forma que se tenha o capital segurado, a ser indenizado, o mais atualizado possível, conforme §3º do Art. 33 .		§2º O valor pleno do capital financeiro a ser segurado deve ser atualizado e informado periodicamente pela Ceres à Seguradora, de forma que se tenha o capital segurado, a ser indenizado, o mais atualizado possível, conforme §3º do Art. 33 .
§3º - Os critérios para pagamento do valor de capital segurado a ser indenizado pela Seguradora obedecerá às regras da apólice vigente.		§3º - Os critérios para pagamento do valor de capital segurado a ser indenizado pela Seguradora obedecerá às regras da apólice vigente.
SUBSEÇÃO I		SUBSEÇÃO I
Da Indenização Parcial ou da Não Indenização do Capital Segurado		Da Indenização Parcial ou da Não Indenização do Capital Segurado
Art.89. O valor do capital segurado, referente a determinado participante, poderá não ser indenizado ou indenizado parcialmente caso a causa da ocorrência do evento de invalidez ou morte seja motivado por riscos excluídos da apólice de seguro contratada, acarretando o não pagamento ou a redução do valor do benefício respectivo, conforme mencionado neste regulamento.		Art.89. O valor do capital segurado, referente a determinado participante, poderá não ser indenizado ou indenizado parcialmente caso a causa da ocorrência do evento de invalidez ou morte seja motivado por riscos excluídos da apólice de seguro contratada, acarretando o não pagamento ou a redução do valor do benefício respectivo, conforme mencionado neste regulamento.
Parágrafo único - Os referidos riscos excluídos serão divulgados de forma ampla entre os participantes.		Parágrafo único - Os referidos riscos excluídos serão divulgados de forma ampla entre os participantes.
CAPÍTULO III		CAPÍTULO III
DA ARRECADAÇÃO		DA ARRECADAÇÃO
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Do Vencimento		Do Vencimento
Art.90. As contribuições, previstas nos incisos I e II do Art. 78 , terão vencimento no dia primeiro do mês subsequente ao de competência, podendo ser recolhidas à Ceres até o 10º (décimo) dia útil do mesmo mês.		Art.90. As contribuições, previstas nos incisos I e II do Art. 78 , terão vencimento no dia primeiro do mês subsequente ao de competência, podendo ser recolhidas à Ceres até o 10º (décimo) dia útil do mesmo mês.
§1º - As contribuições e as prestações dos participantes referidas no “caput” serão descontadas automaticamente na folha de pagamento do patrocinador, por autorização do participante.		§1º - As contribuições e as prestações dos participantes referidas no “caput” serão descontadas automaticamente na folha de pagamento do patrocinador, por autorização do participante.
§2º - As contribuições e prestações dos assistidos serão descontadas automaticamente na folha de pagamento de benefícios, por autorização do assistido.		§2º - As contribuições e prestações dos assistidos serão descontadas automaticamente na folha de pagamento de benefícios, por autorização do assistido.
SEÇÃO II		SEÇÃO II
Dos Encargos Pós Vencimento		Dos Encargos Pós Vencimento
Art.91. Verificando-se o recolhimento das contribuições mencionadas no Art. 90 em data posterior ao 10º (décimo) dia útil, os valores devidos serão corrigidos		Art.91. Verificando-se o recolhimento das contribuições mencionadas no Art. 90 em data posterior ao 10º (décimo) dia útil, os valores devidos serão corrigidos

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
monetariamente, com base na variação do INPC, e remunerados por juros compostos de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês, aplicados “pro-rata-tempore” a partir do dia primeiro do mês subsequente ao mês de competência.		monetariamente, com base na variação do INPC, e remunerados por juros compostos de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês, aplicados “pro-rata-tempore” a partir do dia primeiro do mês subsequente ao mês de competência.
§1º - No caso em que o atraso no recolhimento das contribuições relativas aos participantes, ultrapasse 90 (noventa) dias, contados da data prevista para recolhimento mencionada no “caput”, esses ficarão sujeitos ao cancelamento da inscrição, mesmo que o responsável pelo recolhimento, das contribuições relativas aos participantes, seja o patrocinador. Nesse caso, além da correção monetária e remuneração dos juros mencionados no “caput”, os participantes inadimplentes estarão sujeitos à ação judicial de cobrança, sem prejuízo das demais penalidades legais, inclusive multa de 2% (dois por cento).		§1º - No caso em que o atraso no recolhimento das contribuições relativas aos participantes, ultrapasse 90 (noventa) dias, contados da data prevista para recolhimento mencionada no “caput”, esses ficarão sujeitos ao cancelamento da inscrição, mesmo que o responsável pelo recolhimento, das contribuições relativas aos participantes, seja o patrocinador. Nesse caso, além da correção monetária e remuneração dos juros mencionados no “caput”, os participantes inadimplentes estarão sujeitos à ação judicial de cobrança, sem prejuízo das demais penalidades legais, inclusive multa de 2% (dois por cento).
TÍTULO V		TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS		DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I
DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO		DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO
Art.92. Este Regulamento só poderá ser alterado por aprovação dos membros do Conselho Deliberativo, homologação do patrocinador e aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, na forma da legislação vigente.		Art.92. Este Regulamento só poderá ser alterado por aprovação dos membros do Conselho Deliberativo, homologação do patrocinador e aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, na forma da legislação vigente.
Parágrafo único – As alterações do EmaterDF-FlexCeres não poderão:		Parágrafo único – As alterações do EmaterDF-FlexCeres não poderão:
a) contrariar os objetivos referidos no art.1º do Estatuto;		a) contrariar os objetivos referidos no art.1º do Estatuto;
b) prejudicar direitos adquiridos e acumulados dos participantes e assistidos.		b) prejudicar direitos adquiridos e acumulados dos participantes e assistidos.
CAPÍTULO II		CAPÍTULO II
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS		DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
Art.93. Caberá interposição de recursos das decisões internas da Ceres, nas condições fixadas no Estatuto da Ceres.		Art.93. Caberá interposição de recursos das decisões internas da Ceres, nas condições fixadas no Estatuto da Ceres.
CAPÍTULO III		CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS		DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Do Início Efetivo de Funcionamento do Plano		Do Início Efetivo de Funcionamento do Plano
Art.94. O EmaterDF-FlexCeres entrará em funcionamento, quando houver no mínimo 30% (trinta		Art.94. O EmaterDF-FlexCeres entrará em funcionamento, quando houver no mínimo 30% (trinta

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
por cento) de adesão dos empregados daquele patrocinador ao plano.		por cento) de adesão dos empregados daquele patrocinador ao plano.
§1º - Esse plano terá um prazo de 120 (cento e vinte) dias para cumprimento da meta de adesão mínima, referida no “caput”, contados 30 (trinta) dias a partir da data de autorização de funcionamento pelo órgão competente, sendo que o não atingimento dessa meta mínima implicará no pedido de cancelamento da referida autorização junto ao órgão competente.		§1º - Esse plano terá um prazo de 120 (cento e vinte) dias para cumprimento da meta de adesão mínima, referida no “caput”, contados 30 (trinta) dias a partir da data de autorização de funcionamento pelo órgão competente, sendo que o não atingimento dessa meta mínima implicará no pedido de cancelamento da referida autorização junto ao órgão competente.
§2º - Os direitos e deveres, previstos neste Regulamento, inclusive as propostas iniciais de inscrição, surtirão efeito, excepcionalmente, a partir do mês em que o número mínimo de inscrições, previsto no “caput”, for alcançado, apesar do previsto no Art. 10 , não gerando, em hipótese alguma, encargos retroativos ao mês referente à autorização de funcionamento pelo órgão competente.		§2º - Os direitos e deveres, previstos neste Regulamento, inclusive as propostas iniciais de inscrição, surtirão efeito, excepcionalmente, a partir do mês em que o número mínimo de inscrições, previsto no “caput”, for alcançado, apesar do previsto no Art. 10 , não gerando, em hipótese alguma, encargos retroativos ao mês referente à autorização de funcionamento pelo órgão competente.
§3º - Para efeitos de mensuração da meta mínima de adesão, e para não gerar nenhuma expectativa de direitos e deveres em relação ao plano, as propostas iniciais de serão encaminhadas pelo patrocinador para a Ceres somente após ser atingido o percentual previsto no caput, não havendo, portanto, recolhimento de contribuição e nem direito a quaisquer benefícios.		§3º - Para efeitos de mensuração da meta mínima de adesão, e para não gerar nenhuma expectativa de direitos e deveres em relação ao plano, as propostas iniciais de serão encaminhadas pelo patrocinador para a Ceres somente após ser atingido o percentual previsto no caput, não havendo, portanto, recolhimento de contribuição e nem direito a quaisquer benefícios.
CAPÍTULO V		CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS		DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
SEÇÃO I		SEÇÃO I
Da Prescrição		Da Prescrição
Art.95. O direito aos benefícios previstos neste Regulamento não prescreverá, mas prescreverão as mensalidades não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que forem devidas.		Art.95. O direito aos benefícios previstos neste Regulamento não prescreverá, mas prescreverão as mensalidades não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que forem devidas.
Parágrafo único – Não corre prescrição contra menores, incapazes e ausentes, na forma da lei.		Parágrafo único – Não corre prescrição contra menores, incapazes e ausentes, na forma da lei.
SEÇÃO II		SEÇÃO II
Dos Controles Previdenciários		Dos Controles Previdenciários
Art.96. Sem prejuízo da apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições exigidas para a continuidade do pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento, a Ceres manterá serviços de inspeção destinados a investigar a preservação de tais condições, podendo, requerer outros documentos e cancelar benefícios já concedidos.		Art.96. Sem prejuízo da apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições exigidas para a continuidade do pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento, a Ceres manterá serviços de inspeção destinados a investigar a preservação de tais condições, podendo, requerer outros documentos e cancelar benefícios já concedidos.
Parágrafo único - As importâncias não recebidas em vida pelo assistido, relativas às prestações vencidas e não prescritas, serão pagas aos beneficiários inscritos ou habilitados à pensão por morte, qualquer que seja o seu valor e na proporção das respectivas cotas e, na falta de beneficiários, aos herdeiros legais do assistido, na forma da legislação vigente.		Parágrafo único - As importâncias não recebidas em vida pelo assistido, relativas às prestações vencidas e não prescritas, serão pagas aos beneficiários inscritos ou habilitados à pensão por morte, qualquer que seja o seu valor e na proporção das respectivas cotas e, na falta de beneficiários, aos herdeiros legais do assistido, na forma da legislação vigente.

REGULAMENTO VIGENTE	JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO	REGULAMENTO PROPOSTO
SEÇÃO III		SEÇÃO III
Da Natureza Previdenciária		Da Natureza Previdenciária
Art.97. As contribuições do patrocinador, os benefícios de natureza previdenciária e as demais condições contratuais previstas neste Regulamento não integram o contrato de trabalho do participante com o patrocinador, principalmente a remuneração do participante.		Art.97. As contribuições do patrocinador, os benefícios de natureza previdenciária e as demais condições contratuais previstas neste Regulamento não integram o contrato de trabalho do participante com o patrocinador, principalmente a remuneração do participante.
SEÇÃO IV		SEÇÃO IV
Da Contratação de Sociedade Seguradora		Da Contratação de Sociedade Seguradora
Art.98. A Ceres deverá divulgar amplamente aos participantes as condições da apólice de seguro, mencionado no parágrafo anterior, especialmente se algum dispositivo contratual interferir em seu direito ou dever previsto neste Regulamento.		Art.98. A Ceres deverá divulgar amplamente aos participantes as condições da apólice de seguro, mencionado no parágrafo anterior, especialmente se algum dispositivo contratual interferir em seu direito ou dever previsto neste Regulamento.
SEÇÃO V		SEÇÃO V
Da Vigência do Regulamento		Da Vigência do Regulamento
Art.99. Este Regulamento entrará em vigor após aprovação pela autoridade pública competente na forma da legislação em vigor, observado o disposto no Art. 94.		Art.99. Este Regulamento entrará em vigor após aprovação pela autoridade pública competente na forma da legislação em vigor, observado o disposto no Art. 94.